



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**NICOLAU MAQUIAVEL: O ESTUDO DO PRÍNCIPE E
A PRESERVAÇÃO DA ORDEM COMO FORMA DE GOVERNO**

José Pablo Rodrigues Francisco do Nascimento

Orientador: Professor Dr. Cristiano Bonneau

Coorientador: Professor Dr. Anderson D'arc Ferreira

José Pablo Rodrigues Francisco do Nascimento

**NICOLAU MAQUIAVEL: O ESTUDO DO PRÍNCIPE E
A PRESERVAÇÃO DA ORDEM COMO FORMA DE GOVERNO**

Dissertação apresentada com requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação dos Professores Dr. Anderson D'arc Ferreira e Professor Dr. Cristiano Bonneau.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244n Nascimento, José Pablo Rodrigues Francisco do.
Nicolau Maquiavel : o estudo do Príncipe e a
preservação da ordem como forma de governo / José Pablo
Rodrigues Francisco do Nascimento. - João Pessoa, 2023.
82 f.

Orientação: Cristiano Bonneau.
Coorientação: Anderson D'arc Ferreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Filosofia. 2. Maquiavel, Nicolau, 1469-1527. 3. O
Príncipe - Crítica e interpretação. 4. Estado moderno.
5. Preservação da ordem. 6. Unidade política. I.
Bonneau, Cristiano. II. Ferreira, Anderson D'arc. III.
Título.

UFPB/BC

CDU 17(043)

José Pablo Rodrigues Francisco do Nascimento

**NICOLAU MAQUIAVEL: O ESTUDO DO PRÍNCIPE E
A PRESERVAÇÃO DA ORDEM COMO FORMA DE GOVERNO**

Dissertação apresentada com requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr. Cristiano Bonneau e Professor Dr. Anderson Darc Ferreira

Aprovado em: 29 / 09 / 2023.

Banca Examinadora

Professor Dr. Cristiano Bonneau (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Professor Dr. Anderson D'arc Ferreira (Coorientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Professor Dr. Geraldo Alexandre Gomes
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Professor Dr. Francisco Ramos Neves
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dedico esta dissertação de mestrado às pessoas especiais em minha vida que sempre estiveram ao meu lado, me inspirando e acreditando em meu potencial. A minha amada avó, Vera Lúcia Rodrigues do Nascimento, e ao meu querido avô, Ivanildo Rodrigues do Nascimento, vocês são minha fonte de força e sabedoria. Ao meu companheiro, Amauri Batista de Sousa, sua presença constante é um verdadeiro presente. Agradeço por todo o apoio, amor e motivação que recebi de vocês. Dedico este trabalho a vocês com profundo carinho e gratidão, reconhecendo que o sucesso alcançado é fruto de nossa união e crença mútua.

AGRADECIMENTOS

"A presente dissertação representa o resultado de um esforço intelectual profundo e dedicado, para o qual tive o privilégio de contar com o auxílio e a inspiração de diversos indivíduos e instituições, aos quais expresso minha sincera gratidão.

Em primeiro lugar, manifesto meu profundo agradecimento a Deus, ser criador de todas as coisas, cuja infinita sabedoria e generosidade possibilitaram meu engajamento neste estudo. Reconheço Sua orientação constante, que iluminou meus caminhos e me sustentou nos momentos de desafio ao longo dessa jornada acadêmica.

Gostaria também de expressar minha gratidão aos encantos religiosos e aos bons espíritos de luz que permearam meu percurso. Seus ensinamentos e energias positivas contribuíram para o fortalecimento da minha fé, inspirando-me a perseverar na busca pelo conhecimento.

Minha família merece uma menção especial, pois seu apoio incondicional e amor incansável foram fundamentais para minha formação como pesquisador. Seu encorajamento constante e compreensão diante das minhas demandas acadêmicas foram um verdadeiro alicerce em minha jornada. A eles, meu eterno reconhecimento e gratidão.

Aos meus estimados orientadores, Professor Dr. Anderson Darc Ferreira, Professor Dr. Cristiano Bonneau, Professor Dr. Abrahão Costa Andrade e Professor Dr. Arthur Viana Lopes, expresso minha profunda admiração e gratidão. Sua expertise, orientação e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas perspicazes orientações acadêmicas, reflexões profundas e críticas construtivas abriram novos horizontes em minha compreensão da filosofia política e guiaram minha pesquisa de maneira singular.

A todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo, meu profundo agradecimento. Que este trabalho possa trazer contribuições significativas para a área de filosofia política, inspirando reflexões e debates em busca de uma sociedade mais justa e democrática."

O primeiro método para estimar a inteligência de um governante é olhar para os homens que tem à sua volta.

Nicolau Maquiavel

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo destacar as ideias políticas expressas por Nicolau Maquiavel em sua obra "*O Príncipe*", estabelecendo conexões entre as características de governo e a sociedade italiana do século XVI, com o propósito de assegurar a unidade política. A elaboração deste documento será dividida em três partes distintas: uma fundamentação histórica que se relaciona com a Itália na época de Maquiavel; um estudo para ressaltar a importância da defesa do Estado e a relação entre o povo e o soberano; e, por fim, uma conclusão objetiva que apresentará as responsabilidades do governante e sua relação com os desafios que envolvem a construção de uma unidade política. Utilizaremos as ideias propostas por Maquiavel para explicar a manutenção política do Estado Moderno, abordando os desafios ligados à administração pública e buscando soluções para os problemas que afetam as cidades italianas. Ao final, dedicaremos uma seção do estudo ao pensamento político e sua interação com a teoria política moderna, ressaltando a importância da abordagem de Maquiavel sobre soberania e unidade política. Iremos considerar não apenas o aspecto filosófico dessas questões, mas também uma abordagem crítica, conferindo ao texto uma perspectiva positiva que, embora não seja exclusiva de Maquiavel, certamente prevalece na teoria política moderna.

Palavras-chave: Maquiavel, Estado Moderno, Ordem e Unidade Política.

ABSTRACT

The present research aims to highlight the political ideas expressed by Nicolau Machiavelli in his work "The Prince", establishing connections between the characteristics of government and Italian society in the 16th century, with the purpose of ensuring political unity. The preparation of this document will be divided into three distinct parts: a historical foundation that relates to Italy in Machiavelli's time; a study to highlight the importance of defending the State and the relationship between the people and the sovereign; and, finally, an objective conclusion that will present the ruler's responsibilities and their relationship with the challenges that involve the construction of a political unit. We will use the ideas proposed by Machiavelli to explain the political maintenance of the Modern State, addressing the challenges linked to public administration and seeking solutions to the problems that affect Italian cities. At the end, we will dedicate a section of the study to political thought and its interaction with modern political theory, highlighting the importance of Machiavelli's approach to sovereignty and political unity. We will consider not only the philosophical aspect of these questions, but also a critical approach, giving the text a positive perspective that, although not exclusive to Machiavelli, certainly prevails in modern political theory.

Keywords: Machiavelli, Modern State, Order, Political Unity.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 Conhecendo a vida cotidiana e os problemas sociais da "A Itália no Tempo de Maquiavel"	15
1.1 O contexto histórico e social da Itália no período de Maquiavel	15
1.2 Problemas sociais e desafios enfrentados na época	28
Capítulo 2 A importância do Estado moderno e sua relação entre o povo e o soberano	40
2.1 A evolução do Estado moderno e sua relevância política	41
2.2 A relação entre o povo e o soberano na teoria política	45
Capítulo 3 Soberania, Poder E Estabilidade Política	69
3.1 Análise dos conceitos de soberania e poder em "O Príncipe"	70
3.2 Estratégias de poder e estabilidade política na visão de Maquiavel	72
3.3 Conflitos entre soberania e poder na obra de Maquiavel	73
3.4 Implicações da teoria de Bertrand de Jouvenel para a compreensão das relações entre soberania e poder em Maquiavel	74
3.5 Comparação das teorias de Bertrand de Jouvenel e outras teorias políticas	74
3.6 Uma teoria crítica do Estado moderno	76
3.7 Aplicação das ideias de Bertrand de Jouvenel na obra de Maquiavel	76
Conclusão	78
Referências	81

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é fornecer uma análise das condições sociais e políticas que influenciaram Maquiavel na produção de sua obra "*O Príncipe*". Além disso, busca-se destacar a importância da organização do poder, estabelecendo uma relação entre natureza do homem e sua relação com o governo, juntamente com a sociedade italiana do século XVI, a fim de promover a compreensão dos conceitos que visam garantir a unidade política.

Nicolau Maquiavel, filósofo renascentista italiano do século XVI, destacou-se por sua obra magistral "*O Príncipe*", uma peça fundamental na literatura política que transcende seu contexto histórico e permanece relevante para a compreensão das dinâmicas do poder atualmente. Em sua obra, ele se propõe a traçar um ideal moral, descrito através da natureza do homem e sua relação com o poder, além de oferecer uma obra que destaca a astúcia, a força e a flexibilidade como instrumentos essenciais na análise da filosofia.

Nesta pesquisa, iremos concentrar-nos especificamente em três aspectos fundamentais das condições sociais e políticas do século XVI na Itália que influenciaram profundamente Nicolau Maquiavel na composição de "*O Príncipe*". Primeiro, exploraremos o clima de instabilidade política e fragmentação territorial, caracterizado pela luta pelo poder entre as cidades-estados e pela influência de potências estrangeiras. Esta análise irá revelar como o caos político da época moldou a visão de Maquiavel sobre a liderança e a governança.

Em segundo lugar, focaremos nas dinâmicas sociais da época, incluindo o papel da aristocracia e da Igreja, para compreender como essas estruturas de poder impactaram a teoria política de Maquiavel. Finalmente, examinaremos o impacto do Renascimento cultural e intelectual, com ênfase em como os ideais de humanismo e realismo se refletem nas teorias políticas de Maquiavel. Ao aprofundar nestes aspectos, a pesquisa proporcionará uma compreensão mais rica de "*O Príncipe*", destacando como o contexto histórico e social específico de Maquiavel contribuiu para o desenvolvimento de suas ideias revolucionárias sobre poder, liderança e estado.

A escolha de explorar "*O Príncipe*" como ponto focal desta pesquisa se justifica pela atemporalidade e relevância da obra. Maquiavel descreve em suas páginas uma sabedoria política que transcende as épocas, proporcionando uma visão relevante sobre a dinâmica do poder e a forma de governo entre a república e os principados. Assim, as estratégias propostas por Maquiavel não apenas enriquecem o campo teórico, mas também oferece uma perspectiva valiosa para enfrentar os desafios contemporâneos no cenário político.

O primeiro capítulo, intitulado “A Contextualização Histórica e Social da Itália no Período de Maquiavel”, é dedicado a uma análise detalhada do contexto histórico e social da Itália durante a era de Maquiavel. Este capítulo tem como objetivo desvendar as complexidades desse período, abordando temas cruciais que influenciaram diretamente as motivações e ideias refletidas em “*O Príncipe*”.

“No subcapítulo 'O Contexto Histórico Italiano no Período de Maquiavel', o foco é estabelecer um entendimento do ambiente político da época, marcado por intensas rivalidades entre as cidades-estados e por eventos culturais significativos, incluindo a formação de principados e repúblicas, assim como outras formas de governo.”

Já no subcapítulo: “Problemas Sociais e Desafios Enfrentados na Época”, está voltado para identificar e analisar os desafios enfrentados pela sociedade da época em que Maquiavel escreve o livro “*O Príncipe*”, como por exemplo; dificuldades econômicas, conflitos internos e externos, bem como questões culturais, essa abordagem irá fornecer um entendimento sobre dos fatores que influenciaram a produção da pesquisa.

Ao término do capítulo, realizar-se-á uma análise crítica para estabelecer conexões entre as influências identificadas no contexto histórico e social e elementos específicos presentes na teoria da filosofia política. Essa seção lançará as bases para as discussões subsequentes, evidenciando como as circunstâncias da época moldaram as ideias e estratégias políticas apresentadas por Maquiavel, bem como a busca pela reflexão sobre a natureza humana.

Na sequência da presente pesquisa, o segundo capítulo destaca-se como uma investigação aprofundada sobre a importância do Estado moderno. Este capítulo é estrategicamente estruturado em dois subtópicos inter-relacionados, os quais buscam esclarecer pontos cruciais na evolução histórica e nas dinâmicas políticas fundamentais que definem o papel do Estado moderno.

O primeiro subtópico, “A Evolução do Estado Moderno e Sua Relevância Política”, constituirá uma análise cuidadosa dos desenvolvimentos que conduziram à veracidade do Estado moderno como uma entidade política e filosófica. Ao examinar marcos históricos e transformações sociais, o capítulo busca refletir sobre as características singulares que conferem ao Estado moderno sua autonomia e centralidade no cenário político.

No segundo subtópico, “A Relação entre o Povo e o Soberano na Teoria Política”, a atenção volta-se para a dinâmica crucial que define a interação entre a população e a figura soberana. Este trecho explora as teorias políticas fundamentais que moldam a relação entre o

soberano e seu povo, destacando como concepções divergentes sobre esse relacionamento influenciam a estabilidade e a legitimidade do governo.

Assim, o segundo capítulo desvenda os fundamentos políticos que permeiam o Estado moderno, lançando as bases necessárias para a compreensão das complexas relações entre o soberano e o povo, que em eventuais casos são essenciais para o entendimento políticas contemporâneas e sua relação com o Estado Moderno.

No âmbito desta pesquisa, a atenção volta-se para a contribuição significativa de vários pesquisadores e teóricos que escreveram a respeito de política e sua relação com a filosofia, por exemplo Luciano Gruppi, que, assim como Gramsci, empreendeu análises profundas acerca das concepções e teorias de Maquiavel. Gruppi, notável por sua erudição no campo da teoria política e do marxismo, oferece uma aparência singular sobre a relevância contínua das ideias de Maquiavel na compreensão das dinâmicas sociais e políticas. Seu trabalho, conecta-se ao legado de Gramsci, enriquece o entendimento do papel desempenhado por Maquiavel na formulação de estratégias políticas e na compreensão da natureza do poder. Ao entrelaçar as propostas, esta pesquisa busca aprofundar-se na compreensão da interpretação filosófica das contribuições de Maquiavel, examinando como suas teorias convergem, proporcionando uma visão mais compreensiva das relações entre poder, política e sociedade.

O terceiro capítulo, intitulado “Estabilidade Política: Uma Análise Crítica das Dinâmicas de Soberania e Poder em *“O Príncipe”* de Maquiavel”, concentra-se em descrever e poder na forma original e prática, através da obra de Maquiavel. Dividido em subtópicos fundamentais, o capítulo oferece uma análise sobre as interpretações de diferentes filósofos que discorrem sobre as formas de governo e sua interação com o livro que é o ponto chave da pesquisa.

No subtópico “Análise dos Conceitos de Soberania e Poder em ‘O Príncipe’”, o capítulo mergulha profundamente nos alicerces teóricos apresentados por Maquiavel. Procura-se desvendar a natureza do poder e sua relação do Estado Moderno, propondo a ideia que a república acaba sendo a melhor alternativa capaz e importante de ser remediada ou consolidada.

No subtópico “Estratégias de Poder e Estabilidade Política na Visão de Maquiavel”, o enfoque se desloca para a incorporação dos exemplos e estudos apresentados por Bertrand de Jouvenel em sua obra *“O Poder: História Natural de Seu Crescimento”*. Essa abordagem visa fundamentar as práticas propostas por Maquiavel para assegurar a estabilidade política, enriquecendo a análise com as perspectivas de Jouvenel.

Nesse contexto, são explorados fragmentos das obras de Gerard Lebrun, que contribuem para a compreensão do conceito de autonomia do governante. Lebrun, em consonância com Bignotto, argumenta que o governante em uma república deve usufruir de autonomia em suas decisões governamentais. Ambos defendem que o governante não apenas representa o povo, mas também atua como agente do Estado, devendo pautar suas ações de acordo com os interesses do Estado como um todo.

Ao integrar as ideias de Jouvanel e os argumentos de Lebrun e Bignotto, busca-se ampliar a compreensão das estratégias de poder propostas por Maquiavel. Essa abordagem conjunta permite uma análise mais abrangente das práticas destinadas a garantir a estabilidade política, considerando diferentes perspectivas teóricas e enriquecendo o debate sobre a autonomia do governante na busca pela governabilidade.

No subtópico “Uma Teoria Crítica do Estado Moderno e Aplicação das Ideias de Bertrand de Jouvanel na Obra de Maquiavel”, emerge uma síntese das contribuições fundamentais para a compreensão das dinâmicas políticas no cenário do Estado moderno. Bertrand de Jouvanel, através de sua obra seminal “O Poder: História Natural de Seu Crescimento”, oferece um conjunto teórico que reforça a evolução do poder.

A aplicação das ideias na pesquisa consegue trazer críticas que se apontam como estudo. Ao traçar comparações entre as reflexões de Jouvanel e as ações de governo estipulados por Maquiavel em “*O Príncipe*”, conseguimos dar importância à dinâmica do poder no contexto político. Já que, a abordagem conjunta enriquece a compreensão, busca-se justificar a pesquisa, fornecendo um paralelo adicional para estudar as estratégias propostas sobre a república e os principados.

A principal intenção dos pensamentos e reflexões é criar um vínculo com a obra em estudo. Propomos conhecer a resistência e as situações narradas também como função contínua da filosofia política. Assim, será de grande valia a aplicação da busca por conhecimentos e comparações sobre os diversos sistemas de governo.

Por fim, a pesquisa se encerra com as teorias críticas do Estado moderno sua relação com as teorias dos sistemas de governo antes e depois de Maquiavel, dessa forma, será possível incentivar novas situações e propor novos questionamentos que podem contribuir para as ideias da filosofia política, esta pesquisa almeja não apenas ampliar o diálogo entre governo e governado, mas aplicar de forma compreensiva a teoria da filosofia política. Essa análise oferece uma futura situação enriquecedora para a investigação da autonomia do governante, ampliando o debate sobre as estratégias de poder no âmbito do Estado moderno.

CAPÍTULO I

CONHECENDO A VIDA COTIDIANA E OS PROBLEMAS SOCIAIS DA “A ITÁLIA NO TEMPO DE MAQUIAVEL”

I

O objetivo deste capítulo é explorar a vida cotidiana na Itália durante o tempo de Maquiavel, a fim de descrever os conflitos que permeavam os regimes políticos e promover reflexões que se relacionem com a origem da política moderna. Dessa forma, poderemos iniciar os estudos que fundamentam os Estados modernos e a participação popular na Itália do século XVI.

A obra de Maquiavel é enriquecida pela análise do discurso e da forma de governo realizada por Luciano Gruppi e Gramsci. O texto não apenas delinea reflexões sobre a interação do homem com a sociedade, mas também se aprofunda em uma modalidade persuasiva que abarca a manipulação. Aqui, o sujeito enunciador procura habilmente guiar seu público na adoção do que ele propõe como verdade. Esta dinâmica de manipulação revela-se em momentos cruciais da estrutura discursiva em “*O Príncipe*”, onde Maquiavel emprega processos argumentativos para construir suas ideias e fundamentar o conceito de soberania.

É indispensável enfatizar que, para o governante, é essencial validar perante o povo a eficácia de suas concepções acerca das estratégias de conquista e preservação do poder, mesmo que tal empreendimento envolva o risco de contradição. Nesse contexto, a narrativa dos eventos ocorridos na Itália do século XVI se destaca como exemplos pertinentes à época, apesar da inevitabilidade de muitos desses desdobramentos.

Para descrever o conceito de política e sua conexão com a natureza humana precisamos chegamos a um ponto em comum: a grandiosidade do texto de Maquiavel. Sem dúvida, esse aspecto é complementado por conceitos e exemplos de batalhas narrados ao longo do livro, assim como a relação do governante com sua realidade.

Em virtude dessa conexão entre o homem, a natureza e a preservação da ordem, torna-se essencial buscar a união entre o povo, o soberano e sua realidade, mesmo que isso seja uma tarefa extremamente desafiadora. Contudo, a natureza humana deve ser respeitada em sua condição de realidade, pois o estudo de *Quentin Skinner* consegue nos ajudar a entender a importância do contato do homem com a natureza de sua realidade¹.

¹ Entender que os homens possam alcançar a excelência máxima significa também considerá-los capazes de vencer quaisquer obstáculos com que se defrontem em seu caminho. Os humanistas facilmente reconhecem que sua concepção da natureza humana acarreta uma análise assim otimista da liberdade e dos poderes do homem, e por

No contexto seguinte, Skinner (1988) delinea uma perspectiva humanista que transcende a visão tradicional da condição humana como uma luta entre a vontade do homem e os caprichos da fortuna. Ao afirmar que entender a possibilidade de os homens alcançarem a excelência máxima implica considerá-los capazes de superar quaisquer obstáculos em seu caminho, o autor destaca uma abordagem segura em relação à natureza humana.

A análise da liberdade e dos poderes do homem, conforme delineada pelos humanistas, é explicada como uma filosofia natural, ou melhor criativa, com a capacidade não apenas de moldar seu próprio curso, mas também de reconfigurar o mundo social de acordo com seus desejos. Nessa abordagem, o conceito de *vir virtutis* é interpretado como uma força natural e transformadora, desafiando a concepção clássica que via a condição humana como uma batalha constante entre a vontade individual e os caprichos imprevisíveis da fortuna.

Assim, Skinner propõe uma reinterpretação do papel humano no contexto da luta pela excelência, deslocando o foco da resistência contra os obstáculos para uma visão única e moldadora da realidade social da época. Este ponto de vista, enraizado no pensamento humanista, redefine as possibilidades e responsabilidades do homem na construção de seu destino e na modelagem ativa do mundo que o cerca.

Após uma análise aprofundada das explicações que envolve a natureza humana e sua interligação com a preservação do Estado, torna-se evidente a compreensão do ponto de vista de Maquiavel. Esse entendimento tem sua proposta inicial ao se destacar pela elaboração de uma carta introdutória dirigida a Loureço de Medici. Na sequência, Maquiavel procede à descrição de fatos e situações governamentais, culminando no desfecho final do livro.

A continuidade do texto de maquiavel apresenta um caráter político, sendo que a primeira etapa do discurso narrativo se concentra no indivíduo que não pode realizar sozinho a proposta de entender as formas de governo e os governados. O motivo reside no fato de que o objetivo do livro só poderá ser devidamente considerado quando a família Médici ou a população que tiver acesso adquirir conhecimento do que está registrado. Dessa forma, a articulação entre a introdução, o desenvolvimento e a conclusão do pensamento de Maquiavel revelam a importância da interação entre sua proposta inicial, a narrativa central e a necessidade de envolvimento da família Médici ou da população para alcançar plenamente os objetivos delineados no livro.

isso procedem a uma leitura bastante positiva do *vir virtutis* enquanto força social criativa, apta a moldar seu próprio destino e a refazer o mundo social para adequá-lo a seus desejos. Começam então invertendo a convicção, clássica, de que a melhor forma de caracterizar a condição humana é como uma luta entre a vontade do homem e os caprichos da fortuna (SKINNER, Quentin, 1988 p. 115).

A Itália no Tempo de Maquiavel era constituída por um recorte de Estados, que se submetiam aos mais diversos tipos de regimes políticos, por isso, vinham sendo representada por cinco grandes Estados regionais, cada um com seus princípios opostos por leis e cheios de conflitos. O domínio absoluto da vida cotidiana na península itálica obrigava a um certo número de Estados menores a permanecer entre os mais fortes, em consequência disso, os Estados eram representados da seguinte forma: O reino de Nápoles, nas mãos dos aragoneses, os Estados Pontifícios, o Estado Florentino sob o controle da família Médici, o Ducado de Milão e a República de Veneza.

A má distribuição territorial na península Itálica resultou em rivalidades entre os Estados e teve um impacto negativo no destino da região. A vida de Maquiavel foi fortemente influenciada pela habilidade diplomática de Lourenço de Médici, o Magnífico. No entanto, as atitudes do filho de Lourenço, a falta de compromisso com o povo e a corrupção dentro da igreja são exemplos claros dos desafios que começaram a surgir na Itália. Diante desses problemas, Maquiavel propôs um estudo que, embora não pudesse resolvê-los completamente, seria fundamental para promover um espírito de unidade política².

A necessidade de construir uma nação poderosa, capaz de adquirir um profundo sentimento de esperança diante do caos que assolava a política e a sociedade da época, foi igualmente abordada por um historiador estadista italiano, Francesco Guicciardini³. Este, ao reconhecer os problemas causados pela intervenção da Igreja, passou a questionar a urgência da unificação da península italiana.

Quando Maquiavel escreve “*O Príncipe*”, em 1513, a condição político-econômica das diversas cidades-Estados da Península Itálica encontrava-se abalada, contudo, a esperança de resolver os problemas administrativos só foi possível após a criação da obra. O livro escrito por Maquiavel apresenta o governante e sua relação com os problemas que fazem parte de uma unidade política. As adversidades trazidas na narrativa do livro são capazes de explicar diferentes tipos de realidade, uma delas é a busca da explicação do ponto de vista político.

² De acordo com Schmitt existe uma unidade política e ela é soberana se possui competência para decidir no caso decisivo, mesmo que seja um caso excepcional. Ou é a unidade política quem decide sobre a distinção amigo/inimigo ou não existe unidade política soberana. Desse modo, o Estado, em sua condição essencialmente política, tem a possibilidade real de determinar por sua decisão quem é o inimigo e combatê-lo. Em última análise, tem a possibilidade de declarar guerra e de dispor abertamente da vida das pessoas. BERCOVICI, Gilberto.

³ Em obra considerada clássica, Vittorio de Caprariis sustenta que a *Storie Fiorentine* deve ser lida como um texto de análise política, e não como uma obra de historiografia. Afirma o autor que o problema político central seria o possível retorno dos Medici ao poder, tematizado em diversas passagens das *Storie*. De Caprariis parte, em suas análises, da dicotomia entre política e história, dicotomia esta que teria marcado toda a obra de Francesco Guicciardini. Assim, a falência de seu sistema político, detectado no texto *Consolatoria*, teria feito com que o autor passasse para as reflexões historiográficas, mais desencantadas, sem um modelo político evidente. Cf. DE CAPRARIIS, V. *Francesco Guicciardini: dalla política alla storia*.

A evolução do texto citada até aqui tem uma estrutura solidificada no estudo da preservação da ordem no Estado e a relação com o povo. O objetivo dessa estrutura é o benefício e preservação da unidade política, entretanto, o problema de falta de estrutura política acaba despertando a discussão central do livro.

A pretensão da pesquisa é descrever a concepção de uma autoridade central, que tem como o desígnio conceituar a unificação de toda a península e reescrever uma história política cheia de princípios éticos, morais e políticos. O embasamento utilizado foi a proposta de Nicolau Maquiavel que planejou criar um Estado forte, capaz de se equilibrar e superar os desafios. Portanto, nesse período, quem tinha o poder político de Florença era Lorenzo de Medici, e é para ele que Maquiavel dedica seu trabalho.

Segundo Maquiavel, nem sempre as mesmas ações surtem os mesmos efeitos em diferentes situações, além disso, se faz necessário que o príncipe tenha habilidade de perceber as condições do lugar e do momento em que desempenhará determinada ação. Na verdade, a questão temporal é essencial no pensamento de Maquiavel na medida em que irá decidir o modo de comportamento político a ser adotado pelo governante, no caso, o príncipe.

Segundo Gramsci⁴, Maquiavel foi um grande observador das questões de seu tempo, pois conseguiu perceber os desafios que se estabeleciam entre o comportamento que se formava. Dessa forma, entender as passagens de Gramsci, quando ele fala sobre a interligação entre “paixão” e “dever” moral. Ele argumenta que os “partidos” políticos compartilhavam tantas coincidências que podiam ser considerados partes do mesmo organismo. Gramsci defende que essa ideia se aplicasse à “guerra”, exigindo uma explicação para a existência de exércitos permanentes, academias militares e corpos de oficiais.

Ao analisar a situação política da Itália no período de Maquiavel, podemos identificar as origens das questões políticas que se desenrolaram posteriormente e estabelecer conexões com a política moderna. Esse contexto histórico e social é fundamental para uma compreensão mais aprofundada das obras de Maquiavel e de sua contribuição para a filosofia política.

A Itália durante o tempo de Maquiavel era marcada por situações que afetavam diversas áreas sociais, incluindo a religião. O clero havia se tornado corrupto, com os próprios Papas dando maus exemplos ao administrar a igreja como uma monarquia temporal, deixando de lado

4 Em parte, isto pode ser verdadeiro, todavia entre os dois "partidos" as coincidências são tantas que, na realidade, pode-se dizer que se trata do mesmo organismo. Mas a concepção, para ser válida, deveria aplicar-se também a "guerra" e, portanto, explicar a existência dos exércitos permanentes, das academias militares, dos corpos de oficiais. Também o ato da guerra é "paixão", a mais intensa e febril, é um momento da vida política, é a continuação, sob outras formas, de uma determinada política; é necessário, pois, explicar como a "paixão" pode-se tornar "dever" moral, e não dever de moral política, mas de ética. *Gramsci, Antonio. O Príncipe Moderno.*

os verdadeiros propósitos da fé. O clero estava envolvido em negócios pessoais e buscava acumular fortunas, o que gradualmente minava os fundamentos do cristianismo.

Um exemplo disso foi o Papa Sisto IV, que comprou votos para ser eleito e se envolveu em diversas práticas questionáveis, desde a venda de bênçãos até a nomeação de cardeais com base em interesses pessoais. Outro caso foi o Papa Inocêncio VIII, que também se envolveu em imoralidades. Não podemos esquecer de Rodrigo Borgia, que se tornou o Papa Alexandre VI e se envolveu em atrocidades e orgias.

Por outro lado, a economia italiana nessa época era impulsionada pelos grandes banqueiros, com destaque para a família Médici em Florença. A administração dessa família contribuiu para a estabilidade e prosperidade de Florença. Além disso, a Itália do tempo de Maquiavel foi um cenário para grandes artistas do Renascimento, como Botticelli em Florença, Rafael Sanzio em Roma, e visionários à frente de seu tempo, como Leonardo da Vinci e Michelangelo. A cultura italiana também desempenhou um papel fundamental nesse período, sendo reconhecida como uma especialidade. Maquiavel teve a oportunidade de viver em uma época privilegiada em termos de desenvolvimento cultural e artístico.

Paul Larivaille, em sua análise intelectual, descreve a história da sociedade italiana e sua relação com o poder durante esse período⁵. Ele explora como a cultura italiana floresceu e seu impacto na Europa ocidental, ao mesmo tempo em que analisa os problemas que afetaram a Itália, incluindo crises econômicas e sociais. Portanto, o estudo das dificuldades e realidades vividas na Itália nos séculos XV e XVI nos permite compreender melhor o contexto em que Maquiavel desenvolveu sua teoria política, especialmente em sua obra *“O Príncipe”*.

Há má distribuição territorial favoreceu o surgimento das rivalidades entre os Estados afetando assim o destino da península Itálica, que já era marcada por uma enxurrada de fatores culturais e ideais revolucionários. A vida de Maquiavel por outro lado, contribuiu bastante na fundamentação histórica da Itália no século XVI em princípio das habilidades diplomáticas de Lourenço de Médici, o Magnífico, porém, alguns problemas começaram a surgir na Itália por causa da incompetência do filho de Lourenço, ou seja, Pedro de Medici foi um mau exemplo

⁵ Sem que se possa dizer até que ponto uma tal constatação vale para as massas laboriosas da população, para a plebe, excluída, na época, da vida política e da qual se possuem poucas informações, parece certo de que, tanto nos membros das corporações de artesãos como nos indivíduos pertencentes às camadas superiores da sociedade, exista, forte mente enraizado, um sentimento cioso da especificidade e da qualidade da vida italiana. Salvo em Maquiavel e talvez em alguns outros, não há uma consciência política nacional, propriamente dita. E, no entanto, para além dos múltiplos particularismos, para além das inúmeras rivalidades geográficas e locais (por causa mesmo dessas rivalidades, somos tentados a dizer, na medida em que elas pressupõem interesses, gostos, objetivos pelo menos parcialmente convergentes), para além de tudo o que separa e opõem regiões, Estados e cidades, existe inegavelmente uma consciência italiana: mais ou menos clara segundo os lugares, os ambientes e os graus de cultura, mas bem real de qualquer forma. (LARIVAILLE, Paul, p.13).

de governante. Como se não bastasse a má distribuição territorial, problemas sociais e administrativos, a Itália sofreu a expulsão dos Medici de Florença, a chegada de Alexandre VI em Roma e a retomada das divergências entre Milão e Nápoles, todos esses acontecimentos foram causados pela péssima administração de Pedro de Medici.

Após a fragmentação causada pelos problemas citados acima⁶, a Itália acabou ficando vulnerável para as duas poderosas nações vizinhas, a Espanha e a França, e em 1494, Carlos VIII atravessou os Alpes com seus exércitos juntamente com os Valois com o objetivo de ocupar o reino de Nápoles, no entanto, as batalhas e rompimentos de acordos de paz deram início a novos combates que se estenderam até 1559.

Tudo estava por um fio, a ausência de uma consciência política nacional provocava incursões estrangeiras e a falta de uma aliança entre os Estados Italianos era algo narrado até na poesia. Não faltavam apelos para que houvesse uma ordem, frequentemente a cultura era submetida ao estado de barbárie, isto é, acreditava-se que a tentação era dada ao mérito do grito “*Fuori i barbari*” (fora da Itália são todos bárbaros), como foi chamado o Papa Júlio II, que marcou seu pontificado de 1503-1513, com guerras ininterruptas e a derrota infligida a Veneza em 1509.

Sendo assim, o enfraquecimento de Veneza estava ligando as consequências da nova aliança chamada de A Santa Liga, 1511, essa aliança era composta por príncipes e soberanos invejosos e que tinham um objetivo em comum, a expulsão dos franceses. Veneza, por outro lado, tinha respeito aos bárbaros e se fez concordar com o domínio estrangeiro na península. Logo, podemos aprender com análise desses casos que Maquiavel compara amargamente a unidade de países como a França e a Espanha, com a divisão da Itália, como também na mesma ideia de que ele aborda o conteúdo em uma obra chama de “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*”.

“Jamais país algum viveu unido e próspero se não foi submetido inteiramente, com a França e a Espanha, a um só governo: república ou monarquia. E se a Itália não chegou a isso e não se encontra unida sob a autoridade de uma república ou príncipe, a única responsável é a igreja” (LARIVAILLE, Paul, p.11).

⁶ A Itália do tempo de Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) não era um Estado unificado como hoje, mas fragmentada em reinos e repúblicas. Na obra *O Príncipe*, declara seu sonho de ver a península unificada. Para tanto, entre outros conceitos, forjou as concepções de *virtú* de *fortuna*. A primeira representa a capacidade de governar, agir para conquistar e manter o poder; a segunda é relativa aos “acazos da sorte” aos quais todos estão submetidos, inclusive os governantes. Afinal, como registrado a famosa ópera de Carl Orff: *Fortuna imperatrix mundi* (A Fortuna governa o mundo). “Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir.” MAQUIAVEL, N. “O príncipe”. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultura, 1973, p. 79 – 80.

Podemos ver que a igreja foi responsável pela administração dos Estado Italianos, entretanto, jamais se encontrou medindo esforços para unir sob a autoridade de um só chefe⁷. A identidade do povo italiano foi comparada por Paul Larivaille a um jogo de xadrez, antes de tudo, podemos refletir a respeito de que a Itália estava dividida de maneira irremediável, totalmente perdida, logo, são todos peões de fácil manipulação de seus soberanos falhos.

“Se a Igreja romana se opôs à constituição de monarquias, eu não admito facilmente que isso tenha sido uma desgraça para este país, pois assim ficou salvaguardada essa maneira de viver que mais convém aos seus mui antigos costumes” (LARIVAILLE, Paul, p.12). Do mesmo modo, percebemos que Maquiavel e Guicciardini são homens políticos a frente de seu tempo, dificilmente conseguimos encontrar exemplos que representem os sentimentos da maioria da população.

Apesar da população do campo representar entre 75% e 90% da população total, crescem as concentrações urbanas, conforme Veneza, Milão, Roma, Palermo, Messina e Nápoles, que ao final do século XVI, ultrapassam 200 mil habitantes, dessa forma os antigos feudos tornaram-se nesse período grandes castelos da aristocracia e a atividade comercial que se vai desenvolvendo nos burgos é responsável pelo êxodo do rural.

A vida cotidiana italiana excluía a plebe da vida política, certamente poucas informações eram disponibilizadas para os de classe baixa, ou seja, membros das corporações de ofícios como os artesãos não eram beneficiados de leis ou valores. Já as camadas superiores, possuíam um sentimento de individualidade, bem como, uma qualidade de vida abundante que era fornecida para aqueles que nasceram com nomes e sobrenomes, da mesma forma, percebemos que ao falar e escrever sobre o conteúdo do *Príncipe*, Maquiavel afirma que não há uma consciência política nacional, pois, as inúmeras rivalidades geográficas e locais, causadas por objetivos diferentes, são além de tudo, o grande perigo que separa as cidades dos Estados e essas rivalidades acabaram criando os problemas da unidade política.

Conseguimos analisar até o momento a consciência italiana nos ambientes políticos, sociais e administrativos, incluindo os graus de cultura, mas existe um outro exemplo de

⁷ Mas a doutrina do direito divino está longe de ter prevalecido antes da Idade Média: eram as ideias derivadas do direito romano que dominavam os espíritos. E, se tomarmos o sistema do direito divino no momento de seu florescimento, do século XI até o XN, o que constatamos? Repete-se a fórmula de São Paulo: "Todo Poder vem de Deus", mas muito menos para convidar os súditos à obediência em relação ao Poder do que para convidar o Poder ... à obediência a Deus. Ao chamar os príncipes de representantes ou ministros de Deus, a Igreja, em vez de querer transmitir-lhes a onipotência divina, quis mostrar-lhes, ao contrário, que a autoridade deles era apenas um mandato, e que deviam, portanto, usá-la segundo a intenção e a vontade do Senhor do qual a receberam. (BERTRAND, Jouvenel. 1998, p. 56).

dificuldade administrativa a ser citado, a saber, a criação de uma limitação de espaço onde os Alpes são considerados fronteira natural do país, assim, representa uma fragmentação territorial.

Podemos iniciar o estudo das regiões italianas citando o espaço dos Alpes, que possuíam grande vantagem na exportação e comercialização, pois, eram as atividades de comércio que atraíam os habitantes do campo, elas significavam a oportunidade durante as péssimas condições de vida a que viviam. Além disso, as regiões onde a aristocracia passava a habitar nas cidades, como em Florença, ou nas outras onde continuava isolada em seus castelos no campo, o modo de vida dos trabalhadores dependia do crescimento da burguesia mercantil que, quanto mais enriquecia, mais desejava substituir a nobreza, ou se comparar a ela, sem destruir as estruturas sociais anteriores.

Ao citar as comunidades que viviam na Itália do século XVI é válido lembrar da consciência étnica e linguística que são fatores de grande importância na divisão política. Apesar das diferenças que existiam no domínio italiano serem fortes, não estavam perto de desaparecer fazendo com que mais problemas afetassem o período marcado por diversas situações.

Quando falamos da existência de um problema ligado a definição de uma língua única, talvez acabemos abalando as disputas administrativas no grau de existência entre os mais velhos e mais novos, porque o sentimento esperança para o caos que atingia a política e sociedade da época, nasce e se nutre pelos costumes e língua.

Certamente a herança de uma história comum contribui fortemente na formação da identidade de um povo, assim, a virtude da civilização comum rica em arte, cultura e história poderá expor as dificuldades sofridas ao longo das invasões, aliás, a Itália será compreendida como um grave exemplo de herança romana representada pelo mito da continuidade de Roma, mais precisamente do renascimento comercial e artístico.

Em conclusão do que já podemos mencionar até aqui, as estruturas citadas e justificadas podem contribuir para o caso florentino e suas dificuldades de relação entre o povo e o soberano. Todavia, em várias outras regiões da Itália, a nobreza e a alta burguesia mercantil passam a estabelecer, de fato, uma única classe dominante, separada do resto da população, Paul Larivaille descreve a situação comparando a um abismo econômico, político e cultural, que não para de crescer.

O cotidiano italiano foi marcado pela grandeza da Idade Média e passou a ser reforçado pela participação da igreja católica, sem dúvida a arquitetura medieval também contribuiu para

a história sendo registrada nos palácios, ruas e obras de arte, que adornam as cidades e as corte italianas. Algo bastante incomum que marcou o processo de preservação e as formas de governo foi o sentimento de superioridade em comparação a outros povos, ou seja, a ruína da política militar da Itália foi provocada pelas repetidas agressões e valorização de uma ordem que não existia em comparação as grandes nações vizinhas, com isso, decaíram e atentaram contra a construção de uma unidade sólida.

Após identificar alguns dos problemas que afetaram a Itália no tempo de Maquiavel voltaremos nossa atenção ao espaço social e político, seguimos apresentando a fragmentação territorial da península itálica, a vida política dos italianos que era justificada apenas no nível das relações entre os Estados, e com isso, a variedade dos regimes de governo que estava dividida entre: O ducado de Ferrara, exemplo de Estado monárquico; os Estados Pontifícios, um outro tipo de Estado monárquico, porém sua originalidade estava ligada ao caráter não hereditário, diferente daquele que Maquiavel chama de “principado eclesiástico”.

A política administrativa florentina era dividida em três organismos chamados de as primeiras magistraturas⁸, esses organismos tinham total controle do poder executivo, embora não conseguissem construir uma unificação política, não conseguiam preservar a ordem como forma de governo. A suprema magistratura⁹ era composta por nove priores divididos em: dois representantes de cada uma das quatro divisões da cidade, fornecendo justiça e presidindo o conselho do chefe supremo das milícias.

Os três organismos eram compostos por gonfaloneiros, porta-estandartes, milícia cidadina e anciães, ademais, dois terços da cidade estavam em abrigos e em posições de risco, enquanto os cargos políticos não eram únicos, nem eram submetidos a uma renovação, pois, na república existia um certo número de conselheiros e magistrados, que descrevem a administração do território florentino, conseqüentemente as assembleias eram compostas

⁸ No topo da hierarquia político-administrativa florentina, há três organismos que detêm as funções essenciais do poder executivo, do que se origina o nome *i tre maggiori* (as três primeiras magistraturas) pelo qual são comumente designados. A senhoria, que constitui a suprema magistratura, é composta de nove priores: dois representantes de cada uma das quatro divisões da cidade mais um nono fornecido alternadamente por cada uma das divisões, que sustenta o título de gonfaloneiro de justiça, preside o conselho dos priores e é também o chefe supremo das milícias. A senhoria é assessorada por dois conselhos restritos, que lhe dão assistência na direção colegial da cidade: o colégio dos dezesseis gonfaloneiros (ordinariamente chamado "colégio dos dezesseis"), que reunia os porta-estandartes das dezesseis companhias armadas ou gonfalões (quatro por divisão) das quais se compõe a milícia cidadina; e, finalmente, o colégio "dos doze anciães" (etimologicamente, dos doze sábios), para o qual cada divisão envia três representantes. As decisões da senhoria só se tornam válidas se forem adotadas por maioria de dois terços, o que põe a cidade ao abrigo das decisões apressadas, mas por vezes conduz a um certo imobilismo a uma indecisão que pode ser perigosa em caso de tensão. (LARIVAILLE, Paul, p.16).

⁹ Há, portanto, no total, um número considerável de postos que se tornam vagos periodicamente e são avidamente disputados pelos cidadãos ~ sobretudo as funções menores, remuneradas de forma mais ou menos generosa, ao contrário das três primeiras magistraturas, que são puramente honoríficas. (LARIVAILLE, Paul, p.17).

exclusivamente por membros das grandes famílias, além do tribunal do comércio ser formado por encarregados do Estado.

Ao término, ainda podemos citar a segurança dos Estado que era responsabilidade dos militares e seus diplomatas, sobretudo, sempre foram úteis em tempos de guerras. Outra função presente na base social italiana era composta por artesãos e comerciantes, que possuíam deveres diferentes, em comparação as outras classes citadas acima, portanto, existe um número considerável de postos que se tornam vagos com o passar dos anos e são esquecidos com o tempo.

“Quanto o poder legislativo, depende em tempo normal, de duas assembleias eleitas a cada quatro meses, o Conselho do Povo e o Conselho da Comuna, que devem aprovar os projetos de leis por maioria de dois terços” (LARIVAILLE, Paul, p.17). Percebemos que o poder legislativo¹⁰ recebia ajuda das assembleias extraordinárias, assim, suas tomadas de decisões e a elaboração de projetos ficavam ao cargo das assembleias extraordinárias, logo, os problemas de natureza comum poderiam ser resolvidos de forma rápida e segura.

Sobretudo, o Estado florentino estava submetido a gestões desorganizadas e sem dúvida a abeira de um caos em forma de governo, com essas situações em cheque, uma organização que poderia conduzir a resolução dos conflitos entre os magistrados e suas dificuldades em administrar, era a liberdade italiana, o espírito de identidade e a soberania de uma unidade política, porém, isso não aconteceu.

Os relatos seguintes descrevem a extrema importância para a história Italiana do século XVI. A narrativa da família Médici, o reinado de Lourenço de Medici foi iniciado com a conjuração de 1466, um jovem e atento para sua idade, mas não tão jovem na experiência, viveu momentos decisivos em sua formação, onde participou ativamente da vida política na administração de seu pai, para ganhar força Lourenço de Medici coloca em prática seu principal objetivo, que foi a reforma do Conselho dos Cem, o primeiro projeto era diminuir sua responsabilidade sobre o poder legislativo.

¹⁰ Não pensa que os particulares, enquanto tais, tenham forçosamente interesses distintos do interesse público – e rejeita a tese hobbesiana segundo a qual, na falta do Soberano, não existiria povo propriamente dito, mas apenas uma multidão atomizada. A isso, o liberal responde que existe uma sociabilidade fora da esfera política. Assim, é normal que o povo possua uma existência distinta da do poder legislativo. Também é normal que detenha a faculdade de certificar-se de que o poder legislativo esteja sendo exercido, efetivamente, em vista do bem público. Em outros termos: a) se existe uma sociabilidade natural; e b) se a comunidade política não resulta de uma desnaturação – então o poder, por indispensável que seja, nunca é mais que uma *função*, cujo bom ou mau desempenho compete aos governados avaliar. Voltamos, portanto, ao universo de Locke: é impensável que uma autoridade política possa prejudicar os direitos naturais dos seus súditos. Os homens, é verdade, pedem ao Estado a segurança – mas não são tão malvados nem tão ferozes para que esta autoridade deva necessariamente exercer-se sob o modo da soberania ilimitada. E, por isso, é preciso pensar uma relação entre a sociedade civil e o Estado que não seja antagonica ou repressiva por natureza. (LEBRUN, Gérard, 1981.p 29).

Após alguns desafios e contendas, Lourenço de Medici consegue sua ascensão ao poder. Embora sua principal missão fosse atender as relações sociais entre sua família, ele possuía uma rivalidade com os Pazzi, uma das mais poderosas famílias da oligarquia florentina. Desse modo, um dos episódios mais problemáticos da história da política italiana foi a chegada de Lourenço ao poder, ou seja, de início ricos banqueiros eram resistentes a novas ideias, mas com o passar dos anos, os Medici conseguiram seguir com as propostas de ordem, algo evitável.

Durante o fim do século XV, de acordo com Larivaille, Florença possuiu 270 oficinas especializadas em lã, 83 em seda e 33 bancos que realizam operações comerciais de câmbio. O comércio da lã e da seda eram, portanto, as principais atividades econômicas da cidade e os bancos, uma importância delas. A partir da época de Giovanni di Bicci, pai de Cosme de Medici, a família Medici em Florença se tornou dona de uma companhia importante e sólida que realizava várias operações bancárias e comerciais entre as várias regiões da Europa.

Com o falecimento de seu pai, Cosme amplia os negócios da empresa, criando duas companhias especializadas na produção de tecidos de lã e uma especializada na produção de seda no início do século XV. Com uma administração excessivamente forte de seus negócios a família Medici conseguiu confirmar uma inegável posição financeira em sua cidade, embora um golpe nesse patrimônio será dado quando, em consequência de desentendimentos entre Lorenzo de Medici e o Papa Sisto IV, porque o Papa retira o cargo lucrativo de confidente da Câmara Apostólica, mas, o que é bem grave, pois, é o controle do comércio da época, transferindo assim, para os Pazzi, os principais rivais políticos e econômicos dos Medici em Florença, em Roma e em outras épocas financeiras europeias.

Florença durante muito tempo era protegida do absolutismo devido a seu apego popular, uma divisão de poderes era algo irremediável, embora, os ricos banqueiros aproveitaram-se das discórdias e criaram instituições comunais bastante complexas, os Medici caminharam para o progresso através das ideias republicanas e duráveis. O jogo das alianças políticas italianas abalou os poderes políticos, logo, o regime monárquico instaurado na Toscana sucumbiu as tensões internas e agora a península itálica estava totalmente abalada e desconcertada.

Embora a participação popular estivesse totalmente excluída da vida florentina, ela, continuaria aberta a outros ideais republicanos, isso se daria pelo motivo considerável que eram as eleições corrompidas, outro motivo seria a falta de compromisso de seus governantes. Porém, enquanto em Florença a classe média participa e luta por seus direitos, a gestão de negócios públicos não atendia aos pedidos e desejos do povo.

Em Veneza podemos perceber um exemplo clássico de restrição popular, onde as famílias de classe média foram excluídas da aristocracia. Paul Larivaille explica que as práticas oligárquicas são forma de facções e que para conseguirmos analisar da seguinte forma, em larga medida, que a política italiana do Renascimento chega nas potências estrangeiras, seja menos uma política oponente ou um regime de Estado, essa forma de governo está dividida em facções.

Podemos entender observando as alianças e as rivalidades entre os Estados, assim como no interior de uma administração podem aparecer alianças e rivalidades entre os interesses, a preservação da ordem como forma de governo é algo necessário. Os interesses das oligarquias predominantes estão por toda parte, de acordo com a história e tradições da Itália, as oligarquias podem ser compostas de uma quantidade única de aristocracia e de alta burguesia. Sob as bandeiras políticas essas oligarquias conseguem as manipulações e suas vontades, certamente o jogo político no fim das contas é um desrespeito as camadas sociais e desvalorizam a população pobre.

Por fim, Paul Larivaille nos permite compreender a vida política de uma república como a de Florença, ou a de um principado como o Ducado de Ferrara, afirmando que a política particular desses Estados está debilitada e, sua natureza, é a diferença entre as camadas sociais. A crueldade é vista nas famílias que exercem o poder, as rivalidades dentro das famílias governantes ultrapassam o respeito, por isso, a justiça local não é pacífica, e sobretudo as consequências não são positivas, logo as penas impostas aos criminosos, ou melhor, aos que são considerados criminosos será a transgressão.

A população se sentia acuada vivendo sob as ameaças dos governantes, a cobrança de altos impostos, além das taxas para satisfazer as vontades da nobreza, tudo era descomunal. Somavam-se pesados impostos sobre todos os produtos fabricados ou vendidos no território, em como todas as mercadorias que entram ou saem do ducado, o mundo dos camponeses, trabalhadores, artesãos, pequenos comerciantes e desprotegidos por uma justiça era composto por miséria e fome. “As crônicas da época e um certo número de sonetos satíricos conservados nos arquivos dão testemunho preciso dessa situação frequentemente dramática das classes mais baixas” (LARIVAILLE, Paul, p.41). A população pobre da Itália no tempo de Maquiavel gritava em desespero, o Estado da Igreja se mostrava singular na organização de sua política, os nobres não possuem interesses nos pobres, ao menos pelo trabalho que era exercido.

A sociedade de Florença estava dividida em partes; uma restrita, classe alta, uma igualmente pequena, a classe média (o povo) e uma imensa classe pobre (a plebe). Os registros de impostos de Florença em 1457, eram correspondidos com o número de pessoas pagantes,

logo o número de pessoas que nada pagava ou pagava menos de um florim correspondia a 82% da população da cidade. Por outro lado, aqueles que pagavam entre um e dez florins correspondiam a 16% da população e os que pagavam acima de dez florins, 2,13%¹¹.

Na constituição dos conselhos da república havia participação da classe alta e de uma fração do que se chamava "povo"; o resto dos habitantes da cidade eram completamente excluídos de qualquer forma de participação política. Consequentemente, as contínuas lutas entre as várias regiões da Península Itálica tinham como objetivo garantir os monopólios das diferentes famílias, donas de empresas comerciais e financeiras, em contrapartida a própria Igreja era responsável pela composição do capitalismo bancário, que começou no século XIV quando distribuiu aos banqueiros as atividades de coleta e administração de suas rendas, desse modo houve derivadas situações econômicas das diversas regiões onde tinha seguidores.

Quando Maquiavel escreve "*O Príncipe*", em 1513, é essa a condição político-econômica das diversas cidades-Estados da Península Itálica. Seu livro pretende discutir a concepção de uma autoridade central, com o objetivo de estabelecer e preservar a ordem como forma de governo. Dessa forma, ao atingir seu objetivo, estaria criado um Estado forte, capaz de se equilibrar ao francês e ao espanhol, portanto, nesse período, quem tinha o poder político de Florença era Lorenzo de Medici, e é para ele que Maquiavel dedica seu trabalho.

Para citarmos o perfil do homem italiano, é essencial analisar os problemas que afetaram a Itália no Tempo de Maquiavel. A primeira característica do homem no Renascimento é a mudança de perspectiva pela qual o mundo é observado, contrariamente àquele homem voltado para o interior, para o isolamento, como ocorre na Idade Média, surge um homem acessível ao mundo, para a realidade, afinal, um homem como ser esperançoso.

O que determina essa objeção entre um e outro tipo de homem nas duas diferentes épocas é posterior a colocação religiosa, da fé cristã, que se altera de um para outro momento. Durante o período da Idade Média, o homem vê em Deus a razão da existência, sua vida na Terra está ligada ao pecado que faz parte de seu nascimento, assim, Cristo é o espírito celestial que desce dos céus e se submete ao sacrifício da compaixão para salvar os homens.

Estes, portanto, jamais devem comprometer-se com as coisas terrenas para poder receber a recompensa da ressurreição e da vida eterna no juízo final, com esse propósito, a tradição judaico-cristã domina de tal maneira a vida que o homem só consegue enxergar sua

¹¹ " Se considerarmos pobres os que não pagam ou pagam menos de 1 florim de imposto, essa categoria engloba 82 por cento da população. [O que se convencionou chamar] de classe média, que pagava de 1 a 10 florins, representava igualmente uma minoria restrita, menos de 16 por cento da população. Os ricos, que pagavam mais de 10 florins, só constituíam 2,13 por cento da população." (LARIVAILLE, Paul, p.98).

inferioridade, bem como, para comprovar a autoridade uns sobre outros, recorre-se às prescrições divinas¹², pois, o Papa e o rei existem em cargo dos desígnios de um Deus supremo que tudo vê e tudo determina.

Durante um longo período descrito por Eric Voegelin¹³, ocorre uma mudança desse quadro e o homem começa a compreender sua dualidade: sua inferioridade e sua grandeza, por fim, conseguimos nos apoiar na cultura clássica que retoma e transforma, de maneira a adaptá-la a sua tradição cristã. Além disso, a imagem de Cristo é humanizada, deixa de ser uma divindade sofredora e libertadora, para encarnar, segundo as representações de Michelangelo e Tintoretto, o ideal do Rei, do Senhor, do pensador, do homem de bom coração.

A importância do comportamento do homem italiano implica uma indagação das noções de bem e mal, que está ligado ao pecado. Se a ideia de bem e mal é estabelecida pela relação entre o homem, ser inferior, e Deus, superior e absoluto, quando os dois se igualam a ao conjunto de conceito do que seja benéfico ou maléfico para o homem, a natureza entra em choque, por esse motivo é que o sentido da vergonha da sociedade italiana é diferente do da Idade Média, pois a sociedade italiana já conseguiu entender onde estava o erro, mas não sabiam como concertar. A mudança se refere as novas condições socioeconômicas criadas na Europa, a concentração de pessoas nos burgos, a diferença das relações comerciais, e conseqüentemente, o aparecimento de novas relações econômicas. Igualmente por causa da formação de uma nova classe social, ou seja, a burguesia, ela será responsável pelo surgimento desse novo homem, dessa concepção de individualidade até então desconhecida.

¹² " ... do papa, dos cardeais e de outros prelados e de todos os cortesãos, Abraão descobriu que, do maior ao menor, todos geralmente pecavam por uma luxúria descarada. [...] Além disso, ele observou que eles eram universalmente glutões, bebedores, ébrios, e, como animais, devotados ao serviço do seu ventre mais do que a qualquer outra coisa. Olhando mais de perto, ele os constatou todos tão avaros e cúpidos de dinheiro que vendiam e compravam a grandes lances o sangue humano, mesmo que cristão, e as coisas divinas, quaisquer que fossem, sacrifícios ou benefícios, fazendo maior comércio e corretagem do que se fazia em Paris com relação aos tecidos e outros produtos. ... " (LARIVAILLE, Paul, p.90).

¹³ Mas onde não há o temor de Deus, o reino cairá em ruínas a não ser que o temor do príncipe substitua a religião. Já que os príncipes, no entanto, não têm mais do que uma vida, o reino falhará quanto a virtú de um único homem desaparecer com sua vida. "E, como a observação do culto de Deus é a causa da grandeza de uma república, assim a negligência é a causa de sua ruína. Nesse ponto as reflexões de Maquiavel se voltam para empasse contemporâneo. A miséria da Itália é causada pela decadência da Cristandade; isso, a seu turno, é causado pelo papado degenerado. As atitudes dos papas são duplamente responsáveis pelo transe italiano. Em primeiro lugar, o papa mostrou-se sempre forte o bastante para evitar a ascensão da supremacia de um dos poderes italianos, evitando assim a unificação da Itália, e chegou até a chamar os bárbaros em socorro contra os italianos. Que o país se tenha tornado uma presa para os invasores (nós, italianos, devemos à igreja e a ninguém mais". O luxo e a corrupção da corte papal, em segundo lugar, é a causa da corrupção moral e da irreligiosidade do povo italiano; a igreja, então, destruiu a fundação indispensável de uma república nacional saudável. Embora o primeiro desses males pudesse ser remediado pela destruição do papado como um poder secular, a corrupção moral e a irreligiosidade do povo são matéria de preocupação infinita). Não apenas é a corrupção da religião pelo papado um problema, mas o valor da Cristandade em si está em xeque. (VOEGELIN, Eric, 2014, p. 81).

É nesse sentido que podemos entender a importância das relações econômicas na linguagem, especialmente quando observamos os termos com que designamos abstrações, os substantivos abstratos, os adjetivos e certos verbos, ficam mais evidentes essas determinações. As noções de bondade, crueldade, vergonha, medo, beleza, feiura, certo, errado para o homem da Idade Média, por exemplo, jamais são as mesmas para o cidadão italiano. Por fim, de um para outro período houve uma mudança ideológica, conseqüentemente uma mudança discursiva, que se fundamentam na preservação de uma ordem.

Ao compararmos esses dois períodos da história podemos entender o papel do homem na sociedade Italiana, mas no decorrer da ordem do indivíduo, do período e do espaço, podemos percebemos o contrário. Para justificar as relações a respeito do tempo usaremos uma ideia baseada no caminho para verdadeira natureza, vejamos: ao dizemos que "ele"(homem), representado pela imagem do Deus todo-poderoso¹⁴, ao "lá", ao "portanto" presentes no decorrer da Idade Média, surge um "eu", um "aqui" e um "agora" no decorrer da sociedade italiana, que vive um esplendor de cultura renascentista. Contudo, a humanidade estava sufocada em razão da divindade e o mundo presente, a falta de liberdade do espaço para o tempo presente, que era negado pela colocação de um diferente mundo. Logo, quando nos referimos a um diferente mundo, estamos conduzindo ao período vivido na Itália no tempo de Maquiavel.

Buscamos, portanto, explicar um outro tempo em que os homens poderiam viver em liberdade e igualdade, neste, surgia um homem, consciente de sua personalidade e voltado para o período e a dimensão em que estava inserido. É por esse motivo que usamos a construção do tempo no Renascimento, e fazemos ligações constantes ao resgate da cultura clássica, no entanto, negar a situação presente, negar os problemas e dificuldades que afetam a preservação da ordem na Itália, é se opor da cultura e identidade.

Vimos muitos conceitos e valores que se voltam para a Cultura Clássica e sua relação com o Renascimento Italiano, além das justificativas que se transformam no instante em que se

¹⁴ O assunto de que se trata continua a ser Deus, agora visualizado como princípio exterior que move o homem ao bem, instruindo-o mediante a lei e auxiliando-o mediante a graça. Donde a abordagem da lei, que se estende até a questão CVIII, fazer-se em perspectiva teológica e na medida em que isto interessa a um conhecimento menos imperfeito de Deus. Todavia, tão logo a leitura se prolonga e percorre o artigo primeiro, desde a formulação da pergunta é a atenção atraída pela importância que o autor atribui à razão na determinação da essência da lei: sendo esta certa regra e medida dos atos e sendo a razão regra e medida dos atos humanos, na qualidade de primeiro princípio destes, pois cabe-lhe ordenar para o fim, primeiro princípio transcendente de toda ação, importa concluir ser a lei algo pertinente à razão. Pode-se afirmar, pois, que, dito isto, atribui-se à razão a dignidade de mediadora imanente de toda legislação, sem detrimento de seu primeiro princípio transcendente, Deus. Este prestígio da razão é ainda reforçado no artigo primeiro, quando da resposta à segunda sentença, ao se estabelecer certo paralelismo entre a razão prática, à qual cabe instaurar a lei, e a razão especulativa. (Tomás, de Aquino, Santo, 2011. p. 9.)

choça com a cultura cristã, com a finalidade de apresentar os problemas sociais e econômicos que perturbam o espírito de identidade política, e por isso, não havendo um espaço para o estudo na obra de Maquiavel é colocar um fim ao período chamado início da política moderna.

Podemos compreender, segundo Paul Larivaille em seu livro, que "Não deixa de ser surpreendente que a decadência política, militar, religiosa e até mesmo moral da Itália de Maquiavel coincida precisamente com o apogeu de um Renascimento das artes e da literatura..." (LARIVAILLE, Paul, p.252), que o pensamento do homem renascentista só se tornou possível quando o homem se aventurou em novas descobertas. E isso foi reafirmado com o desenvolvimento da navegação marítima, a descoberta de novas rotas comerciais, o descobrimento de novas culturas até então desconhecidas, como as dos índios americanos e as dos povos africanos, possibilitando assim, novas teorias e comportamentos.

Juntamente com as novas teorias da física e, especialmente, com as teorias da astronomia, que questionavam o fato de a Terra ser o centro do universo (como Copérnico, Galileu Galilei), é percebido uma liberdade, um despertar do homem, que antes era intimado pela visão teocêntrica da cultura judaico-cristã. Após essas abordagens presente na cultura italiana do tempo de Maquiavel, conseguimos perceber o surgimento do homem burguês, e por outro lado é importante destacar que essa abordagem não acontece igualmente para todos, por esse motivo, devemos refletir sobre o pensamento do homem renascentista e reafirmá-lo como italiano.

Essas questões do indivíduo, do período e do espaço estão presentes na obra de Maquiavel, assim, o pensamento é algo reflexivo que se relaciona com o decorrer de sua época. Portanto, os ideais da política moderna que dão força ao pensamento de Maquiavel sofrem grande influência renascentista, onde ele também é um homem do Renascimento. Com relação ao tempo e ao espaço especificamente, podemos entender que Maquiavel irá defender que todo sujeito que pretende manter-se no poder deve conservar uma visão mais clara das condições históricas que condicionam suas atitudes e suas decisões.

Segundo Maquiavel, nem sempre as mesmas ações surtem os mesmos efeitos em diferentes situações, bem como, é preciso que o príncipe tenha habilidade de perceber as condições do lugar e do momento em que desempenhará determinada ação. Na verdade, a questão temporal é essencial no pensamento de Maquiavel na medida em que irá decidir o modo de comportamento político a ser adotada pelo governante, no caso, o príncipe.

II

Até o momento, apresentamos a fundamentação histórica relacionada à Itália na época de Maquiavel. Agora, nossa intenção é discutir os princípios que nos permitirão refletir sobre o livro "*O Príncipe*". A estrutura do texto está dividida em dois momentos distintos. O primeiro tem como objetivo descrever as características da elaboração do livro, enquanto o segundo abordará o estilo e método do discurso, destacando-se pelos argumentos utilizados para justificar as considerações de Maquiavel e sua relação com a filosofia política.

A característica do governante, que busca compreender o significado do problema relacionado ao estilo do homem e sua ação no governo, pode ser analisada no fragmento apresentado por Gramsci. De acordo com ele: "Coloca-se, assim, o problema do significado que Maquiavel teve em seu tempo e dos objetivos que ele se propunha ao escrever seus livros, especialmente "*O Príncipe*". A doutrina de Maquiavel não era, à sua época, algo puramente 'livresco', um monopólio de pensadores isolados, um livro secreto circulando entre iniciados. O estilo de Maquiavel não é o de um tratadista sistemático como os que existiam na Idade Média e no Humanismo; é o estilo de um homem de ação, alguém que deseja impulsionar a ação; é o estilo de um 'manifesto' de partido"(Gramsci, 2004, p10.).

A citação suscita uma reflexão crucial sobre o papel e o significado de Maquiavel em seu tempo, especialmente no contexto da elaboração de obras como "*O Príncipe*". Ao questionar o significado que Maquiavel tinha na sua época e os objetivos que ele perseguia ao escrever seus livros, com destaque para "*O Príncipe*", a análise se aprofunda na natureza de sua doutrina. Contrapondo-se à noção de que a doutrina de Maquiavel era uma abstração distante ou um conhecimento restrito a uma elite, a citação ressalta que sua obra não era meramente "livresca" ou um monopólio de pensadores isolados.

O estilo de Maquiavel difere substancialmente dos tratadistas sistemáticos da Idade Média e do Humanismo; ele é mais característico de alguém envolvido na ação, um manifesto de partido que busca impulsionar a ação. Embora a interpretação seja descartada como equivocada, a citação reconhece que Maquiavel não apenas teorizou sobre o real, mas revelou algo mais. A complexidade do estilo utilizado, permeado pela vontade de influenciar e impulsionar a ação, destaca a natureza singular de sua abordagem e a riqueza de significados subjacentes a suas obras, indo além de uma simples análise teórica.

O processo argumentativo, no qual se constrói o discurso, fundamenta-se no conceito de governo e governado. Nesse contexto, o governante, ao apresentar suas ideias sobre as formas de conquista e manutenção do poder, precisa inicialmente comprovar sua eficiência ao

povo. A ilustração dos acontecimentos na Itália do século XVI destaca-se como um elemento crucial para a compreensão dessa época. Ou seja, o elemento será deixar acessível a interpretação do material escrito por Maquiavel. Após essa reflexão, propomos uma discussão mais aprofundada sobre esses procedimentos do contexto que se refere ao material em “*O Príncipe*”.

Como expresso por Maquiavel, “E se bem julgue esta obra indigna da presença de Vossa Magnificência, não menos confio que deva ela ser aceita, considerado que de minha parte não lhe possa ser feito maior oferecimento senão o dar-lhe a faculdade de poder, em tempo assaz breve, compreender tudo aquilo que eu, em tantos anos e com tantos incômodos e perigos, vim a conhecer” (MAQUIAVEL, Nicolau, 2020, p. 3). Nesse fragmento explica o processo de persuasão iniciado por um plano narrativo, esse fragmento consegue oferecer ao destinatário um saber, que é resumido na proposta de execução de uma ação.

Embora essa manipulação se dê por fascínio, pois Maquiavel destaca a magnanimidade e a superioridade da família Médici em relação as teorias e práticas expostas em sua obra. Sendo assim, Maquiavel descreve como pretende contribuir com o conhecimento, usando o livro como fundamento para colocar em prática suas ideias resolutivas aos problemas apresentados anteriormente.

É interessante observar como, por meio de uma análise temporal, ocorre uma simultânea valorização das ações tanto do governante quanto do governado. Por fim, torna-se evidente a angústia acumulada ao longo de tantos anos, com a Itália enfrentando uma miríade de desafios e perigos a serem enfrentados pelo líder governante.

Do capítulo XXVI analisaremos o seguinte fragmento:

“Embora ultimamente alguma centelha possa ter sido mostrada por alguém, o que nos fez pensar que ele foi ordenado por Deus para nossa redenção, viu-se depois, no auge da sua carreira, que a fortuna o rejeitou, de modo que a Itália, deixada como sem vida, espera por aquele que ainda deve curar suas feridas e pôr fim à devastação e à pilhagem da Lombardia, à burla e à taxação do reino e da Toscana, e limpar aquelas feridas que há tanto tempo apodrecem. Vê-se como ela roga a Deus que envie alguém que a livre dessas injustiças e insolências bárbaras. Vê-se também que ela está pronta e disposta a seguir um estandarte, se apenas alguém o levantar”. (MAQUIAVEL, Nicolau, 2020, p. 149).

Iniciamos neste segundo momento uma reflexão ligada as ideias de Maquiavel, que podem ser interpretadas como oportunidade a família Médici. Por sedução ou vontade própria conseguiremos entender melhor seguindo algumas alterações, como, por exemplo, as

modalidades do querer e do dever. A diferença agora é que o indivíduo responsável pela organização se dirige para o governante através de métodos escritos e comprovados, ou seja, Maquiavel irá apresentar o discurso que propõe apontar a maneira mais eficaz de conquistar um novo principado e de manter esse poder.

Embora, no caso anterior, o governante fazia a promessa de investir no povo, acrescentar um saber e fatores sociais, agora ele se vale do conhecimento apresentado para, indiretamente, convocar o povo a colocar em prática suas ideias. Diante disso, estará realizada a transformação e cumprido as interpretações narrativas da literatura criada para restaurar o espírito natural e reflexivo. Ao agrupar esses dois momentos, o que percebemos são os capítulos da obra, sendo uma carta introdutória e o fechamento final. Após uma continuidade narrativa, que está centralizada na primeira etapa do discurso narrativo de Maquiavel, o indivíduo não realiza sozinho a performance porque ela só poderá ocorrer enquanto a família Médici adquirir o conhecimento do que está escrito no livro.

Sabemos que, ao questionar e julgar o que a obra de Maquiavel aponta nos 25 primeiros capítulos, o conteúdo levará a construção crítica das ideias políticas sociais e ousadas para a época. Portanto, as duas situações distintas a partir das quais “*O Príncipe*” é construído: no nível de público-alvo, outra no nível de reflexão. As proposições de Maquiavel visam orientar o leitor, indicando-lhe a melhor maneira de conquistar e preservar o poder político de um Estado.

Antes de continuarmos com a explicação das ideias de Maquiavel, apresentaremos o conteúdo de sua obra. Os 26 capítulos que compõem o livro “*O Príncipe*”, podem ser divididos em: as diferentes formas de principados e suas características de governo – capítulos I a XI. A organização militar do Estado – capítulos XII a XIV. O comportamento do príncipe – capítulos XV a XIX. Conteúdos específicos no que diz respeito ao governante e governado – capítulos XX a XXIII. As condições italianas – capítulos XXIV a XXVI.

Analisando os temas apresentados em cada uma das divisões propostas, percebemos que elas representam diferentes modalidades da construção do objeto político e do conhecimento. O projeto narrativo essencial nos 26 capítulos de “*O Príncipe*” aponta para uma relação intrínseca com o objetivo dos textos, voltados à preservação da ordem de um Estado Unificado. Para concluir o conteúdo do livro, Maquiavel nos permite apreciar a carta dedicada a Lorenzo de Médici. Essa provocação de leitura desperta nossa curiosidade e nos faz compreender a função de justificativa literária.

Consequentemente, o que Maquiavel oferece ao seu destinatário é um conhecimento por meio do qual ele poderá implementar ideias esperançosas para a sociedade italiana. Esse saber reside no nível do contato social que o governante tem ao observar sua vida cotidiana, permitindo-lhe apresentar soluções para preservar a ordem como forma de governo e assegurar a unidade política italiana.

Apresentamos em duas divisões possíveis para os 26 capítulos que correspondem ao conteúdo de construção do conhecimento, a saber “*O Príncipe*”. A primeira consiste na introdução de pontos de ordem geral, que corresponderiam à discussão sobre técnicas de conquista e de organização do exército, bem como considerações sobre a melhor forma de o príncipe deve se relacionar com o povo, com seus auxiliares, com seus amigos e com seus inimigos.

A essas questões, opõe-se um assunto específico, referente às dificuldades que se apresentariam para um príncipe que tivesse a intenção de conquistar a Península Itálica para unificá-la numa só nação. Segunda divisão é responsável pela construção de dois tipos de saber: de um lado, um conhecimento que está a escolha do querer e, de outro, um conhecimento que vive junto a ação.

A primeira divisão destaca a abordagem geral, abrangendo tópicos como técnicas de conquista, organização do exército e considerações sobre a interação do príncipe com o povo, seus auxiliares, amigos e inimigos. Essa seção proporciona uma visão linear que estabelece as bases para a compreensão das complexidades inerentes ao exercício do poder político, destacando a necessidade de habilidades estratégicas e relações interpessoais.

Contraopondo-se a essa abordagem generalizada, a segunda divisão concentra-se em um tema específico, direcionando o foco para as dificuldades que um príncipe poderia enfrentar ao tentar conquistar a Península Itálica e unificá-la em uma única nação. Essa perspectiva específica acrescenta profundidade ao entendimento, mergulhando nas complexidades concretas que um líder político enfrentaria na concretização de um projeto tão ambicioso.

A dualidade dessas divisões destaca a riqueza do conteúdo do livro, que não apenas teoriza sobre princípios gerais, mas também se aprofunda em questões práticas e desafios específicos enfrentados por um governante. Isso revela a amplitude da obra de Maquiavel ao oferecer uma visão abrangente e detalhada sobre a arte do governo¹⁵.

¹⁵ Apesar disso, ao escrever *O Príncipe*, Maquiavel parte da consciência do fato de que na Itália existe uma situação de crise de todas as velhas instituições e que só se poderá reconstruir o Estado, renovar a sociedade, se existir o poder absoluto de um príncipe que encabece esse movimento. (GRUPPI, Luciano. 2001, p. 09.)

Em reflexão aposta, o governante, valendo-se de diversas ilustrações que reforçam seus pontos de vista, elabora uma apresentação convincente para seus súditos, destacando as vantagens estratégicas de conquistar um principado novo e a importância de possuir um exército sob seu comando. Essas ilustrações servem como instrumento visual para sustentar e elucidar os argumentos, buscando persuadir os súditos sobre a eficácia dessas práticas para a estabilidade e o fortalecimento do governo.

Por outro lado, no segundo caso, a intenção do governante é expor o comportamento que um príncipe deve adotar para manter-se no poder. Essa abordagem focaliza aspectos mais sutis da liderança política, adentrando as nuances das relações interpessoais e estratégias de sobrevivência política. Aqui, o discurso não se limita à conquista do poder, mas estende-se à sua preservação, evidenciando a complexidade do papel do príncipe na manutenção do equilíbrio político.

Além disso, é crucial destacar o comportamento adotado pelo governante ao implementar as abordagens mencionadas. No âmbito do conhecimento, torna-se compreensível o processo que se desenrola através da seleção de tópicos, seja concentrando-se em um único capítulo ou em uma sequência deles.

Com o objetivo de elucidar mais detalhadamente como se configura essa organização específica na estrutura discursiva, examinaremos a primeira divisão que propusemos. Dessa forma, poderemos compreender o valor filosófico ligados a discussão das diversas formas de principados e a maneira pela qual podem ser adquiridos e mantidos.

A seguir, podemos refletir com um parágrafo que mapeia o conteúdo do livro, que é a principal fonte desta pesquisa. Maquiavel inicia sua exposição estabelecendo uma oposição entre dois regimes de governo: os principados propriamente ditos e as repúblicas. Entretanto, as apresentações já mencionadas nos conduzem a uma reflexão mais profunda sobre a temática de Maquiavel e sua relação com o tópico central deste capítulo. Prosseguimos delineando os temas secundários, incluindo a importância da defesa do Estado e sua relação com o povo e o soberano, juntamente com a unidade política e a manutenção do poder.

Para uma análise mais aprofundada, iniciaremos afirmando a existência de três tipos de principados: os hereditários, os novos e os eclesiásticos. Dentro dessas categorias, Maquiavel destaca as características distintivas das formas de governo, focando, por exemplo, nos principados novos, que são subcategorias em dois tipos: os totalmente novos e os mistos.¹⁶

¹⁶ É considerado um principado misto aquele que não é novo, mas é membro do Estado, membro anexado ao Estado, membro junto a um Estado Hereditário. MAQUIAVEL.

Assim, quando procuramos descrever os diversos tipos de principados, apresentamos sempre ilustrações colhidas da história da Roma antiga¹⁷ ou de sua época. Essas ilustrações, conforme demonstraremos no item a seguir fazem parte do conceito natural do texto.

Ao discutir o sucesso político de Roma, Maquiavel segue Políbio em sua concepção do governo trino. Segundo ele, Roma começou de maneira comum, com reis que eventualmente degeneraram em tiranos. No entanto, a expulsão desses tiranos não seguiu o ciclo normal e fatal, pois os rebeldes reconfiguraram o governo com uma mistura de elementos monárquicos e aristocráticos no consulado e no senado. Esse padrão de construção foi replicado durante a próxima onda de revolta, quando o povo se rebelou contra os aristocratas.

Os tribunos do povo foram incorporados ao governo sem que isso resultasse na destruição da autoridade dos cônsules e do senado. Assim, a sucessão fatal de formas foi transformada em uma simultaneidade equilibrada. Maquiavel reconhece que houve considerável luta interna entre patrícios e plebeus, mas argumenta que essas perturbações civis foram necessárias para garantir a existência continuada e a expansão conquistadora da república. Ele sugere que tais revoltas internas e as concessões subsequentes podem ser consideradas como o preço a ser pago pela vitalidade e sucesso duradouro de uma república. Portanto, ao invés de tentar evitar completamente as revoltas populares, Maquiavel sugere que as repúblicas canalizem essas tensões internas de maneira construtiva, concedendo concessões constitucionais e envolvendo o povo no serviço militar.

Para explicar a história de Roma¹⁸ veremos conforme Gramsci (2004, p. 6-7), em 'O Moderno Príncipe', “assim como no caso de “*O Príncipe*” de Maquiavel, em que o aspecto de restauração era apenas um elemento retórico, ligado ao conceito literário da Itália descendente

¹⁷ Em relação ao segredo do sucesso romano, Maquiavel de novo segue Políbio e sua concepção do governo trino. Roma começou da maneira comum com reis que degeneraram em tiranos. A expulsão dos tiranos, entretanto, não foi seguida pelo ciclo normal e fatal porque os rebeldes recolocaram-nos com uma mistura de elementos monárquicos e aristocráticos no consulado e no senado. Esse padrão de construção foi seguido quando a próxima vaga de revolta ocorreu - ou seja, a revolta do povo contra os aristocratas. Os tribunos do povo recebiam sua parte no governo, sem destruir a autoridade dos cônsules e do senado. A sucessão fatal de formas, então, foi transformada numa simultaneidade equilibrada. Certamente houve uma quantidade considerável de luta interna entre patrícios e plebeus que, para o observador superficial, pode não parecer recomendar Roma como modelo. Tais perturbações civis, entretanto, podem ser consideradas o preço que tinha de ser pago para a existência continuada e a expansão conquistadora da república. Em particular, este último ponto é de importância. Podem-se evitar levantes internos do povo contra a aristocracia e as concessões constitucionais subsequentes, se se mantiver pequena a república e não se empregar o povo no serviço militar. Se os romanos tivessem fechado sua república a estrangeiros como os venezianos, a história interna teria sido menos tumultuada. (VOEGELIN, Eric, 2014, p. 78).

¹⁸ Além do modelo exemplar dado pelas grandes monarquias absolutistas da França e, da Espanha, Maquiavel foi levado a sua concepção política a necessidade de um Estado unitário italiano pela evocação do passado de Roma. Deve-se ressaltar, porém, que nem por isso Maquiavel deve ser confundido com a tradição literária-retórica. Inclusive porque, este elemento não é exclusivo e nem ao menos dominante ea necessidade de um grande Estado nacional não é deduzida dele. (Gramsci 2004, p. 6-7).

de Roma, que devia restaurar a ordem e a potência de Roma, será de tipo 'defensivo' e não criador original.

Nesse contexto, pressupõe-se que uma vontade coletiva já existente tenha se enfraquecido, disseminado, sofrido um colapso perigoso e ameaçador, mas não decisivo e catastrófico a ponto de tornar-se necessário concentrá-la novamente e fortalecê-la. A ideia é não criar uma vontade coletiva nova, original, e orientá-la para metas concretas e racionais, mas sim uma concretização e racionalidade ainda não verificadas e criticadas por uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida” (Gramsci 2004, p. 6-7).

O autor estabelece uma comparação entre a obra de Maquiavel, “*O Príncipe*”, e a questão da restauração, especialmente no contexto da Itália. Gramsci sugere que, da mesma forma que Maquiavel, onde a restauração é apresentada como um elemento retórico ligado ao conceito literário da Itália descendente de Roma, o mesmo ocorre em “*O Moderno Príncipe*”. Gramsci argumenta que a restauração, neste contexto, é de natureza “defensiva”. Ela não visa criar algo e original, mas sim fortalecer e concentrar uma vontade coletiva já existente que tenha enfraquecido ou sofrido um colapso perigoso. Essa vontade coletiva é entendida como algo que não foi criado, mas que existia anteriormente e precisa ser revigorada e reafirmada.

Já na seguinte posição, se eventualmente tomarmos a primeira separação proposta para a ação de Maquiavel como modelo da análise do texto como um discurso, veremos que elas se organizam na forma profunda, ou seja, colocam fundamentos, dividem opiniões e elaboram conceitos na construção da obra em estudo.

Ao nos referimos aos principados novos¹⁹, Maquiavel faz uma divisão entre: os principados já acostumados à obediência de um príncipe, que podem acontecer da mesma as províncias e aos cidadãos falantes da mesma língua, e cultura do príncipe conquistador ou de províncias e línguas diferentes das do conquistador; os principados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade.

Para discutirmos sobre principados e república, consideramos a citação de Luciano Gruppi em 'Tudo Começou com Maquiavel' (2001, p. 11).

"Pois grande é a diferença entre a maneira em que se vive e aquela em que se deveria viver; assim, quem deixar de fazer o que é de costume para fazer o que *deveria* ser feito encaminha-se mais para a ruína do que para sua salvação. Porque quem quiser comportar-se em todas as circunstâncias como um homem bom vai ter que perecer entre tantos que não são bons". (GRUPPI 2001, p. 11).

¹⁹ Maquiavel acrescenta: 'Muitos imaginam repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos realmente'; isto é, muitos imaginam Estados ideais, que, no entanto, não existem, tais como a República de Platão. (GRUPPI 2001, p. 11).

Em cada uma dessas divisões, serão apresentados os meios mais eficazes para que um príncipe possa dominá-los e manter um equilíbrio mais sólido em sua manutenção. Possivelmente, a exposição de cada um desses meios de conquista é continuamente acompanhada por ilustrações marcantes da história contemporânea da Itália no tempo de Maquiavel. Toda essa descrição, que compõe o foco narrativo de conhecimento presente no livro “*O Príncipe*”, nos parece essencial, pois nos permite compreender que este texto foi construído a partir de situações tanto problemáticas quanto significativas. O aspecto central pode ser analisado pela seleção dos diferentes assuntos apresentados em cada tópico; assim, cada uma das divisões está diretamente ligada às necessidades da criação da obra e do texto.

O contexto geral corresponde às combinações dos vários tópicos para embasar o conceito, abordando questionamentos sobre as relações entre poder e soberania. Podemos estabelecer um paralelo relacionado entre a história do poder e sua conexão com a soberania; no entanto, concentraremos nossas observações nas análises feitas por Maquiavel e em sua preocupação com a unidade política italiana. Essa preocupação torna-se evidente ao examinar o nível da declaração que o texto (conteúdo) do livro apresenta, destacando assim a autoridade e a preservação da ordem como formas fundamentais de governo.

Em condição de propor uma abordagem natural relacionada à construção de conhecimento, essas ideias estão, por outro lado, bastante articuladas entre si e constituem o suporte das ideias de Nicolau Maquiavel. O objetivo de Maquiavel é estabelecer uma relação comunicativa com Lourenço de Médici, ou qualquer pessoa capaz de orientar e assegurar as necessidades do governo. Dessa forma, a intenção é transmitir seu conhecimento e torná-lo concreto na elaboração (tornar-se o príncipe unificador do território italiano). Refiro-me a um príncipe ao usar Lourenço de Médici, mas é importante destacar que o livro escrito por Maquiavel é acessível ao grande público. Para tanto, é necessário proporcionar uma forma de conhecimento a esse destinatário, pois sem ela a proposta não poderá ser realizada.

Em razão do que acabamos de apresentar, pode-se ainda fazer uma reflexão em relação à “*O Príncipe*”, a especialidade de sua construção, que consistiu na apresentação do conceito de filosofia política, que é responsável pela importância que o texto de Maquiavel. Entretanto, o valor que foi adquirido durante o Renascimento, acabou destacando-se entre as principais obras que abordam sobre as formas de governo, tão comuns naquela época.

Em virtude do que já apresentamos, fecharemos esse primeiro capítulo diferenciando a manifestação conceitual do livro de Maquiavel, pois é preciso restabelecer certos aspectos determinantes de sua obra, e é por essa razão que, no item seguinte, nos propomos a analisar

os procedimentos de limite crítico, incluindo o comportamento do governante e sua relação com o outro.

A crítica ao comportamento do governante e sua relação com outros exige uma análise da razão de Estado, que parte da hipótese política da impossibilidade de uma organização humana sem uma fundação centralizadora. Sem o controle forte de um Estado, seria quase impossível evitar o retorno à anarquia generalizada. A necessidade de manutenção da estrutura social, incluindo o controle absoluto de fundamentos como força física, impostos e leis, justifica a repressão de interesses particulares em prol dos interesses do Estado.

Em síntese, a razão de Estado está relacionada às ações tomadas visando o melhor para o Estado, com justificativas para essas situações. Nesse ponto de vista, o argumento do interesse do Estado atua na justificativa de punir interesses particulares, assim como os interesses de classe, religiosos, entre outros, para garantir a manutenção e segurança do Estado e de seu governante. Tal ensinamento influenciou Paul Larivaille, desde a produção de seu livro, a oferecer estudos sobre a política, buscando resolver as dificuldades entre os códigos morais e encontrar métodos resolutivos para os problemas que afetavam a sociedade italiana na época de Maquiavel.

CAPÍTULO II
A IMPORTÂNCIA DO ESTADO MODERNO E SUA RELAÇÃO
ENTRE O POVO E O SOBERANO
I

O objetivo deste capítulo é relacionar o conteúdo do livro “*O Príncipe*” escrito por Nicolau Maquiavel com a importância da preservação da ordem e sua forma de governo. Nesta abordagem descreveremos as formas de governo dos principados juntamente com as suas dificuldades que se destacam ao longo da história da política moderna. Desse modo, todo material se voltará aos desafios expostos aos conflitos de poder, as singularidades de cada governo, as lutas pela manutenção do Estado e os modelos utilizados pelos governantes para conquistar seus principados.

Seguiremos apontando alguns traços que são fundamentais para o estudo da preservação da ordem no Estado Moderno²⁰, contudo, nos atentaremos a explicar a relação entre o conceito e algumas teorias do absolutismo. O conceito de Modernidade foi atribuído como contraposição ao suposto atraso da Idade Média feudal, juntamente suas dificuldades estruturas econômicas, sociais e políticas. Diante do século XIV e em transição aos séculos XV e XVI, a ferramenta do capitalismo, que vinha se originando nos burgos e cidades antigas revividas através comércio e movimentação cultural proporcionados pelas cruzadas, entrou em processo de fortalecimento e expansão.

Nesta proposta do aumento do capitalismo mercantil, excessivamente beneficiado pelas grandes navegações e descoberta do Novo Mundo, brotaram os modernos Estados Nacionais, que se combatiam, por um lado, ao universalismo do poder da Igreja Católica, herdeira do poder imperial de Roma e, por outro, ao particularismo dos senhores feudais que destruíam a Europa em centenas de marcas, títulos, condados, ducados e principados. O Estado moderno surgiu das ruínas do mundo feudal.

As teorias que fundamentam a prática do Estado Moderno são estruturadas pelo apoio da burguesia e o acúmulo de capital, que inegavelmente, são consequências do desenvolvimento das atividades comerciais, a fim de garantir o fortalecimento da figura do monarca. Algumas características medievais ainda estavam presentes no Estado moderno, podendo-se assegurar que o traço mais significativo era a aliança entre poder espiritual, a religião, e poder temporal,

²⁰ Por Estado entende-se também uma organização central, englobando e gerindo uma nação. Até há pouco, o rei só tinha autoridade absoluta sobre o seu próprio domínio, e os grandes suseranos detinham, sobre os seus feudos, uma fração do poder, permanecendo a sua fidelidade ao rei de ordem pessoal. (MORINEAU, Michel. 1980. p.314).

o político. Portanto, para comprovar a autoridade dos reis tanto no campo da razão quanto no campo da fé, importantes intelectuais do período desenvolveram algumas teorias.

O jurista francês Jean Bodin (1530-1596) apresenta sua teoria do absolutismo na obra *Os seis livros da República*, divulgada pela primeira vez em 1576. Nesse livro, o intelectual desenvolve a noção de soberania, compreendida como o “poder absoluto e perpétuo” de um governante sobre determinada condição. Segundo Bodin, o rei concentrava em suas mãos todas as competências do reino e, por isso, não deveria receber ordens ou instruções de outras pessoas. Cabia somente a ele a tarefa de determinar e revogar leis. E nenhum súdito teria garantia judiciária caso desejasse contrariar atos ilegais do monarca ou de seus agentes. Para Bodin, todo esse poder havia sido concedido aos reis por Deus. Nesse sentido, Bodin afirmou: “O monarca soberano [...] só deve juramento a Deus, de quem recebe o cetro e o poder”.

Em continuação a abordagem divina, citaremos um exemplo de Jacques Bossuet (1627-1704), “Três razões fazem ver que este governo é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio... A segunda razão... é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para os seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se natural... [...] A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais... O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus...” (BOSSUET, Jacques. p. 201), certamente ele defendia a ideia de que o poder do rei vinha de Deus. Em virtude disso, segundo ele, todos deviam total subordinação e obediência ao monarca, afinal, questionar sua autoridade significava o mesmo que questionar o próprio Deus, o que era considerada um insulto gravíssimo. Essas ideias que condicionam o poder real à vontade de Deus são interpretadas como Teoria do Direito Divino.

Nicolau Maquiavel (1469-1527), por exemplo, é considerado o precursor do pensamento teórico absolutista, pois, descreve os desafios da política florentina, a desorganização de classes e o papel desempenhado pela família Médici²¹ (1513). Após sua descrição, conseguimos perceber que seu livro tem uma relação com a influência humanista, demonstra o acessível papel do protagonismo da sociedade Italiana e possibilita uma visão cheia de características da formação de uma unidade política, que se faz presente na atualidade. “Marcada por guerras, traições, conspirações e assassinatos, a Itália de Maquiavel era uma nação de pequenos Estados e um lugar rodeado de conflitos internos e externos.” (VIEIRA, Paulo, p. 11). No fragmento escrito por Paulo Vieira, podemos perceber que a sociedade italiana do Século XVI foi repleta

²¹ O principado dos Medici, a grande família burguesa, patrona das artes e das letras, que comandou Florença e depois a Toscana até 1737, com breves intervalos.

de desafios, porém, esses desafios fizeram parte da trajetória e vida de Maquiavel, e possivelmente proporcionaram muitas oportunidades para a criação de sua obra *O Príncipe*.

A falta de unidade política na Itália, os problemas administrativos e a relação entre o povo e o soberano são os pontos principais para a criação do livro *O Príncipe*. Antes de tudo podemos perceber, no seguinte fragmento, uma crítica elaborada por Maquiavel que justificava aos problemas da época; Segundo Paulo Vieira, “... Essa realidade se deu após a queda do Império Romano, em 476, quando a península Itálica passou a ser governada por invasores bárbaros, o que não garantiu uma identidade unificada por séculos. Se durante o império o povo se denominava romano, agora viam-se como romanos, florentinos, genoveses, venezianos, napolitanos etc.” (VIEIRA, Paulo, p. 11).

As qualidades expostas na obra em estudo, a torna muito atraente seu formato, que tem ligação com a política moderna, pois completa uma gama de acervos biográficos e individuais. A obra traça a relação de Maquiavel com a filosofia moderna, enquanto narra a forte influência política, assim como, o texto do livro analisa especificamente a transmissão medieval para a sociedade moderna, da mesma forma que recebe uma contribuição e o apoio de Paul Larivaille, quando escreve o livro *A Itália No Tempo De Maquiavel*. Portanto, acaba ajudando a interpretar o cenário, as características e os diálogos que estão presentes na sociedade Italiana do Século XVI, assim, as interpretações contidas na obra de Paul Larivaille descrevem os problemas críticos que são expostos como visão “reacionária” de Maquiavel.

Nicolau Maquiavel inicia sua escrita afirmando os únicos possíveis meios de governo: “Todos os Estados, todos os poderes que tiveram e mantiveram o governo sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados.” (Maquiavel, 2020, p. 17). A República é citada como forma de governo, porém no livro “*O Príncipe*”, ela não será discutida, pois o conteúdo sobre república foi abordado em uma outra obra do autor²². Por esse motivo, Maquiavel descreve exclusivamente sobre como os principados podem e devem ser governados e preservados.

Nesta proposta, é exposto tipos de principados, que estão divididos em principados novos, mistos e os hereditários. As formas de governo que foram passadas por gerações são chamadas de principados hereditários, a priori, para Maquiavel, existe menos dificuldades em mantê-lo. “Digo imediatamente que há menos dificuldades em manter Estados hereditários, bem como aqueles há muito acostumados à família de seu príncipe, do que novos...”

²² “Deixarei de fora qualquer discussão sobre as repúblicas, já que em outro lugar escrevi longamente a respeito delas, e me deterei apenas nos principados. Assim, mantereí a ordem indicada acima e discutirei como tais principados devem ser governados e preservados”. (Maquiavel, 2020, p. 19).

(Maquiavel, 2020, p. 19). Para explicar as formas de conquistas nos principados, novos ou hereditários, Maquiavel usa a realidade da sociedade italiana do século XVI²³. Em seguida Maquiavel cita como exemplo de principado hereditário o governo do Duque de Ferrara, que se estabeleceu em seus territórios, construiu uma forma de governo e resistiu aos ataques de seus inimigos²⁴.

Eventualmente podemos perceber que, quando um príncipe herda um principado ele deverá assumir o governo com intuito de construir um bom governo, porque, caso ele não consiga adotar uma boa administração, cairão sobre si consequências negativas. Por este motivo, Maquiavel justifica o que um príncipe hereditário não deve fazer: “...o príncipe hereditário tem menos causa e menos necessidade de ofender; portanto, será mais amado. E, a menos que vícios extraordinários o façam ser odiado, é razoável esperar que seus súditos sejam naturalmente bem-dispostos para com ele ...” (Maquiavel, 2020, p. 19). Em virtude da situação, quando Maquiavel se referiu a um principado novo, ele explica que existem muitas dificuldades em mantê-lo, especialmente se o principado não é inteiramente novo. Desse modo, as dificuldades estão ligadas a administração do governo, ou seja, o povo analisa a esperança, melhorias sociais, uso de armas e a experiência de quem os governa.

Os principais conteúdos abordados na obra “*O Príncipe*” nos provocam reflexões sobre a vida política, os principados e as formas administrativas de governo. Além dos conselhos práticos sobre a vida política e da análise dos principados, o aspecto filosófico mais considerável de *O Príncipe* é sua exibição dos dois principais conceitos da obra de Maquiavel, pois, sem dúvida a *virtú* ("virtude", em italiano) e a Fortuna, são as dimensões mais consideráveis e fundamentadas em seus conceitos.

Agora, conheceremos previamente essas ideias em construção com atenção especial a estes dois conceitos. Primeiramente, devemos atentar que tanto a concepção de virtude quanto a de Fortuna estão na raiz dos conselhos práticos que serão estabelecidos por Maquiavel a partir de suas análises e críticas políticas. Através da palavra *virtú*, ele designa as capacidades morais, isto é, ele designa fundamentos religiosos separados de uma concepção de mundo, dessa forma o sujeito consegue lidar com as diversas situações e dificuldades dos assuntos humanos.

²³ “Tais domínios assim adquiridos estão acostumados ou a viver sob um príncipe ou a ser livres; e são adquiridos ou pelas armas do próprio príncipe, ou pelas de outros, ou pela fortuna, ou pela virtude”. (Maquiavel, 2020, p. 17).

²⁴ “Temos na Itália, por exemplo, o duque de Ferrara, que não poderia ter resistido aos ataques dos venezianos em 1484 nem aos do Papa Júlio em 1510 se não estivesse há muito estabelecido nos seus domínios.” (Maquiavel, 2020, p. 19).

Vários filósofos ao longo da história abordaram o tema da virtude e fortuna em suas obras. Aristóteles em sua obra "Ética a Nicômaco" discute amplamente sobre a virtude e sua relação com a fortuna. Ele defende que a virtude é adquirida através do hábito e da prática, e que a fortuna, ou seja, as circunstâncias externas e imprevisíveis da vida, pode influenciar a felicidade, mas não é o fator determinante. Aristóteles acredita que a virtude é a chave para a realização pessoal e que é possível alcançá-la através do cultivo de hábitos virtuosos²⁵.

O filósofo estoico romano Sêneca também discutiu a relação entre virtude e fortuna em suas obras. Ele argumenta que a virtude é a chave para a felicidade e que a fortuna é indiferente e não deve ser uma fonte de angústia. Sêneca enfatiza a importância de cultivar a virtude interior, mesmo em face das adversidades externas da fortuna. O filósofo francês Michel de Montaigne, em seus ensaios, também aborda o tema da virtude e fortuna. Ele argumenta que a virtude é importante, mas a fortuna pode influenciar o destino humano de maneiras imprevisíveis. Montaigne acredita que a aceitação das incertezas da fortuna é uma parte importante da sabedoria e da virtude humanas²⁶.

Gérard Lebrun argumenta que a virtude, entendida como uma qualidade moral positiva, não é algo que possa ser separado da política. Ele critica a visão tradicional que separa a ética da política, considerando que a virtude não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser entendida em seu contexto político e social. Para Lebrun, a política não é apenas um campo de ação em que as virtudes individuais podem ser aplicadas, mas é fundamentalmente uma arena na qual a virtude é formada e configurada.

Ele argumenta que as estruturas políticas, sociais e econômicas têm um papel fundamental na formação da virtude e que a ética não pode ser divorciada do contexto político em que ocorre. Lebrun também aborda a relação entre poder e virtude na política, questionando como as noções de virtude são usadas como instrumentos de poder e como o poder influencia a formação e a prática das virtudes políticas.

²⁵ O Estado, para Maquiavel, não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude, segundo afirmava Aristóteles. Também não é mais - como para os pensadores da Idade Média - uma preparação dos homens ao Reino de Deus. Para Maquiavel o Estado passa a ter suas próprias características, faz política, segue sua técnica e suas próprias leis. Logo no começo de O príncipe, Maquiavel escreve: "Como minha finalidade é a de escrever coisa útil para quem a entender, julguei mais conveniente acompanhar a realidade efetiva do que a imaginação sobre esta". Trata-se já da linha do pensamento experimental, na mesma senda de Leonardo da Vinci: as coisas como elas são, a realidade política e social como ela é, a verdade efetiva. (GRUPPI 2001, p. 11).

²⁶ Também para Rousseau existe uma condição natural dos homens, mas é uma condição de felicidade, de virtude e de liberdade, que é destruída e apagada pela civilização. É a concepção oposta àquela de Hobbes. Para Rousseau, ao contrário, é a civilização que perturba as relações humanas, que violenta a Humanidade, pois *os homens nascem livres e iguais* (eis o princípio que vai se afirmar na revolução burguesa), *mas em rodo lugar estão acorrenrados*. É uma frase formidável. Na verdade, porém, os homens não nascem nem livres nem iguais, só se tornam assim através de um processo político. (GRUPPI 2001, p. 20).

II

Diante do que se já foi exposto sobre a fundamentação histórica no tempo de Maquiavel, veremos a seguir a importância do Estado e sua relação entre o povo e o soberano, além das dificuldades em sua manutenção. Para destacar a importância da manutenção de poder, precisamos analisar o perfil do governante, após essa medida, será possível compreender o objetivo da unidade, que na visão de Maquiavel é uma dificuldade atinge em particular os principados novos. “Os homens mudam seus governantes de forma voluntária, esperando melhorias, e essa esperança os induz a pegar em armas contra aquele que governa: nisso, estão enganados, porque depois descobriram, por experiência, que foram de mal a pior”. (Maquiavel, 2020, p. 21).

Vemos que o autor quer concentrar seu estudo nos principados novos, assim, será preciso que a antiga ordem mude para haver resultados. Mas, onde já existia outra forma de governo estabelecida o conflito de poder cresce como uma praga, portanto, excluem-se as repúblicas, como já foi dito, e os novos principados que se misturam onde ainda não existe uma ordem estabelecida²⁷. Dessa forma, Maquiavel afirma que é no principado novo que aparecem as dificuldades, eventualmente, se houver dificuldades, o conflito entre unidade política e sorte, atinge seu ponto mais cruel, por isso o secretário de Florença a toma usa como centro de pesquisa o estudo do “*O Príncipe*”.

A nova aquisição de um principado chamado de novo também é vista como difícil, mas essa dificuldade varia entre a naturalidade e a sobrecarga na administração de um governo. Caso não exista boa vontade ao governar um principado, o príncipe não será capaz de administrá-lo. Com a existência de uma justificativa pacífica chamada de administração, apesar de ser muito forte nas forças armadas, os principados novos que são conquistados por outrem precisam ser atendidos e respeitados, assim como, os governantes que ousam entrar em uma província sempre se têm necessidade da boa vontade dos nativos. Deve-se, pois aos nativos e conquistadores ter uma amizade pacífica.

A seguir veremos um exemplo de conquista de um principado misto, Luís XII rei da França, rapidamente conquistou Milão, e igualmente rápido a perdeu. Os motivos que causaram

²⁷ “A noção de *imperative control* obscurece o confronto entre quem comanda e quem obedece, num sistema de ordem imposto... Ora, as relações de domínio ou de poder institucionalizado não constituem a totalidade do sistema de comportamento socialmente imposto. Os costumes, leis, preconceitos, crenças, paixões coletivas contribuem também para determinar a ordem social”. E muito significativa tal edulcoração do sentido de *Herrschaft*: Parsons recusa-se a considerar o poder como sendo, essencialmente, “uma ação imposta por um ator a um outro ator”. Segundo ele, o *political power* é “a aplicação de uma capacidade generalizada, que consiste em obter que os membros da coletividade cumpram obrigações legitimadas em nome de fins coletivos, e que, eventualmente, permite forçar o recalcitrante através de sanções negativas”. (LEBRUN, Gérard, 1981.p 5)

a perda dessa conquista foram simplesmente os maus tratos do príncipe, certamente, a população que tinha recebido de bom grado encontrou-se enganada nas esperanças de benefícios futuros. Contudo, Maquiavel explica que após adquirir uma província rebelde uma segunda vez, elas não se perdem facilmente, diante disso, o príncipe deve se posicionar diante dos delinquentes e desmascarar os rebeldes.

Maquiavel sugere o comportamento que um governante deve adotar após conquistar uma província rebelde, “... porque o príncipe, com pouca relutância, aproveita a oportunidade da rebelião para punir os delinquentes, desmascarar os suspeitos e se fortalecer nos lugares mais fracos” (Maquiavel, 2020, p. 22). Assim, quando a França perdeu Milão pela primeira vez, foi simplesmente um Duque que criou motins dentro de seu território. Porém, na segunda vez precisou de algo maior, a França tornou-se inimiga do mundo, seus exércitos foram destruídos e expulsos da Itália.

Conseguimos perceber que existem métodos e conceitos bastante radicais propostos por Maquiavel, por isso, veremos ainda, sobre os principados mistos, um Estado que foi conquistado e anexado a um Estado antigo. Os principados mistos possuem características fortemente individuais, como por exemplo, se falam a mesma língua, possuem a mesma cultura e são da mesma região, torna-se fácil de conquistar, pois quando não estão habituados com a liberdade para dominá-los basta extinguir a linhagem do príncipe que os governava. Por fim, ao príncipe que conquistará este principado misto deve-se manter os costumes para que possa viver bem.

Quando o governante consegue preservar os costumes e as tradições, a população viverá tranquilamente. Exemplo citado por Maquiavel: “... como se viu na Bretanha, na Borgonha, na Gasconha e na Normandia, ligadas à França há tanto tempo: embora possa haver alguma diferença na língua, os costumes são semelhantes, e as pessoas podem facilmente se entender entre si”. (Maquiavel, 2020, p. 22).

Para entender os objetivos apresentados, conseqüentemente, o que importa são as ideias narradas por Maquiavel, no que ele diz em respeito ao governante e governado. Esses grupos antagônicos possuem diferentes ideias, comportamentos e necessidades. Com isso, para que o objetivo seja atendido precisaremos realizar uma análise da política antes de Maquiavel, assim, será possível perceber em primeiro lugar o foco da unidade política.

Newton Bignotto discorre a importância das ideias políticas modernas e as compara com autorias republicanas, ao usar determinados termos sugere uma afirmativa de reconhecimento, ou seja, não há dúvidas de que Maquiavel seja um autor republicano²⁸, esse reconhecimento foi consolidado com o livro *Maquiavel Republicano*, publicado em 1991 (Bignotto, 1991, p. 95).

Maquiavel incita duas considerações para o governante que conquistou um principado misto, que possui os mesmos costumes. “Aquele que os anexou, se quiser mantê-los, só tem de levar em conta duas considerações: uma, que a família do seu antigo senhor seja extinta; a outra, que nem as suas leis nem os seus impostos sejam alterados, de modo que dentro de muito pouco tempo se torne inteiramente um só corpo com o antigo principado” (Maquiavel, 2020, p. 23).

Em continuação às dificuldades em governar um principado, seguiremos a um outro exemplo, um príncipe que adquire um Estado em um país de língua, costumes e leis diferentes, se faz necessário muita sorte para mantê-lo, pois essa administração lhe custará muita energia e esforço para sustentar a unidade. A sugestão proposta por Maquiavel ao governante que adquirir um Estado em um país de língua, costumes e leis diferentes, é que seu conquistador resida em seu território conquistado, porque ajudará tornar sua posição mais segura e duradoura²⁹.

Podemos analisar melhor Maquiavel seguindo com a leitura: “... como a do Turco na Grécia, que, independentemente de todas as outras medidas tomadas para manter aquele Estado, caso não tivesse se assentado ali, não teria conseguido mantê-lo” (Maquiavel, 2020, p. 23). Pois, quando se está residindo no local, o governante consegue ver as desordens e rapidamente solucioná-las. Mas, quando não se está residindo no local conquistado, apenas se ouve falar dos problemas quando já estão em maior número e acabam se tornando difícil remediá-los.

Ao principado misto que foi adquirido por um príncipe estrangeiro a sugestão é que ele resida no local conquistado, certamente causará maior segurança para seus súditos. O país não será saqueado por seus oficiais, seus súditos ficarão satisfeitos com a presença do príncipe e

²⁸ Maquiavel viveu o bastante para ver a restauração do regime republicano em Florença em 1527. Com a Itália mais uma vez imersa no caos da guerra e da destruição, atravessada por exércitos estrangeiros que só queriam saquear e ocupar territórios, sua cidade natal conseguiu pela última vez em muito tempo se ver livre do domínio dos Médici e retornar às suas velhas instituições. O secretário florentino nunca recuperou o prestígio de que gozou durante seus anos de juventude. Depois de ter escrito os Discursos, ele ainda se dedicaria a muitas obras. Em seu *A arte da guerra* inovou a leitura desse fenômeno universal aproximando-o da política e retirando-lhe o véu de mistério que parecia envolvê-lo aos olhos de muitos autores de seu tempo. (Bignotto, 1991, p. 95).

²⁹ “O que assegura às repúblicas mais vida e uma saúde mais vigorosa e mais duradoura do que aquela das monarquias é o fato de poder, dada a variedade e a diferença do gênio de seus cidadãos, se acomodar melhor e mais facilmente às mudanças do tempo do que aquele regime”. Já em *O Príncipe*, ele havia advertido aos que querem conquistar novos domínios que as maiores dificuldades se encontram nas repúblicas, pois elas possuem “o refúgio, na rebelião, de sua liberdade e de suas antigas instituições; o que nem o passar do tempo nem as benfeitorias são capazes de apagar”. (Bignotto, 1991, p. 25).

isso causará motivos para os súditos o amar. Caso algum outro governante queira atacar o Estado citado acima deverá ter maior cautela, pois a presença do príncipe que resida ali acaba tornando difíceis as invasões de outros governantes.

Já na insistência de conquista de um principado misto, onde o príncipe não resida no local conquistado, Maquiavel sugere que o melhor caminho é enviar colônias para um ou dois lugares, que podem ser como postos-chaves para o Estado, pois é necessário ou fazer isso, ou então conseguir manter lá um valoroso número de armamentos e cavaleiros. Ao estudar as propostas de Maquiavel conseguimos perceber que, ao enviar colônias para conquistar um principado misto, o príncipe não gasta muito, ou não tem despesas. Partindo dessa atitude o governante acaba ofendendo apenas uma minoria dos cidadãos, pois acaba fazendo com que os cidadãos permaneçam pobres e dispersos. Assim, nunca serão capazes de fazer mal e o príncipe consegue controle e submissão³⁰. Maquiavel conclui que, as colônias usadas como mecanismo de segurança não são caras, são mais seguras e são fiéis. Ele afirma que as colônias não são caras, são mais fiéis, causam menos prejuízo, e os feridos, como já foi dito, sendo pobres e espalhados, não podem reivindicar ou protestar. Logo, a forma de governo do principado misto, que possui vínculo com outro Estado, ao governante deve, pois, observar que os seus súditos precisam ser bem tratados ou aniquilados, pois podem criar motim e vingança a um governante estrangeiro.

Contudo, o governante que mantém soldados armados ao contrário de colônias, a este modelo de governo se gasta muito mais. Conseguimos justificar essa proposta quando nos referimos a renda de todo Estado quando é gasta com acontecimentos inesperados e acidentes, incluindo ferimentos de ataques para reconquista. Outro ponto é a existência de uma guarnição que serve para a proteção das forças do príncipe. É provável que com a movimentação da guarnição para cima e para baixo, todos se acostumam com as dificuldades, tornam-se agressivos, inimigos que, embora agredidos em sua própria terra, ainda são capazes de fazer coisas ruins. Por todos esses motivos, portanto, tais soldados e/ou cavaleiros são tão inúteis quanto uma colônia é útil.

Conhecemos as observações feitas que sugerem uma garantia de governo, além disso, os diferentes aspectos citados, conceitos vividos e as dificuldades estudadas contribuem com uma reflexão sobre as posições políticas da obra escrita por Maquiavel. Da mesma forma, existe

³⁰ “E aqueles que ofende, permanecendo pobres e dispersos, nunca são capazes de feri-lo, enquanto os demais, estando ilesos, são facilmente mantidos em silêncio e, ao mesmo tempo, ficam ansiosos para não errar por medo de que lhes aconteça o que aconteceu com aqueles que foram despojados” (Maquiavel, 2020, p. 24).

uma outra contribuição na qual podemos relacionar ao governante estrangeiro ³¹, conseqüentemente, compreende-se que é dever do governante estrangeiro proteger os súditos mais fracos e aniquilar os mais fortes. Então, atribuiu-se tendo o cuidado para não incitar outro estrangeiro que viva em suas terras, pois a ambição será colocada em vista e causará ameaças ao governante.

Podemos entender isso melhor na passagem seguinte: “Os romanos foram levados à Grécia pelos Etólios; e, a todos as outras províncias onde se instalaram, foram levados pelos habitantes locais. E o curso normal das coisas é que, assim que um estrangeiro poderoso entra em um país, todos os Estados súditos são atraídos para ele, movidos pelo ódio que sentem contra o poder dominante” (Maquiavel, 2020, p. 25). Os cuidados que o príncipe precisa para não se perder na autonomia de poder é a cautela e união de seus súditos.

A priori, o governante só deverá cuidar para que não se construa governo sobre o seu, porque a ambição demasiada de poder e autoridade são o grande perigo dos administradores. Além disso, as suas próprias forças e com a boa vontade de seus servos, os governantes podem facilmente manter os mais poderosos. Sobretudo, a união com Estado é uma grande vantagem para quem governa³².

Seguimos com o exemplo dos romanos em suas batalhas contra os gregos e para o príncipe segue os conselhos e embasamentos. Os romanos enviaram colônias e mantiveram relações amigáveis sem precisar usar força bruta, visto que, não permitiram que outras tropas estrangeiras se fixassem próximo a seus objetivos. Já os gregos seguem outro exemplo,

³¹ É um pouco perturbadora, ou no mínimo intrigante, a comparação entre os últimos capítulos de O Príncipe e o ‘Capítulo 55’ do Livro I dos Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio. Fica-se com a impressão de que, no Príncipe, Maquiavel exorta a unificação sob um regime de principado, como uma espécie de “mal necessário”, pois caso contrário a península Itálica continuará na mão dos estrangeiros, ou dos “bárbaros”, como ele os chama no capítulo XXVI. Não obstante, no referido capítulo dos Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio, Maquiavel opõe valor ativamente algumas das repúblicas italianas “livres” contra dois dos reinos centralizados de sua época – a Espanha e a França – assim como desvaloriza os demais principados italianos. Claude Lefort (1979) assim resume este passo: “Maquiavel estabelece um contraste entre, de um lado, as cidades alemãs que lhe parecem oferecer o modelo moderno dos povos livres – aos quais se aparentam as repúblicas de Florença, de Veneza, de Siena e de Luca, nas quais a liberdade se mantém ou sobrevive – e, de outro lado, os reinos da França e Espanha e todos os principados da Itália. A oposição se apresenta como aquela dos estados sadios aos estados corrompidos” (LEFORT, 1990, p.147).

³² Ele se desenvolve ao sabor das necessidades sociais, suas doenças afetam a vida social e as vidas individuais; de modo que, avaliando os serviços prestados por ele, tomados de vertigem ante a ideia, quase inconcebível, de seu desaparecimento, é natural considerarmos um aparelho que possui tal relação com a Sociedade como construído para ela. Ele é composto de elementos humanos que a Sociedade forneceu, sua força não é senão um quantum mobilizado, centralizado, das forças sociais. Ele existe, em suma, na Sociedade. Se quisermos saber enfim o que o move, que vontade anima esse Poder, é manifesto que inumeráveis impulsos se exercem sobre ele, impulsos que têm sua origem em diferentes pontos da Sociedade; incessantemente eles se contrariam e se combinam, tomam em certos momentos a forma de ondas que imprimem ao aparelho inteiro uma nova direção. É cômodo, em vez de analisar essa diversidade, consolidá-la integrá-la em uma vontade, dita geral. Ou, ainda, vontade da Sociedade. E o Poder, que funciona como seu instrumento, deve, portanto, ter sido forjado por ela. (BERTRAND, Jouvenel. 1998, p. 131)

mantiveram amizade com outros povos e nunca permitiram governo de estrangeiros, logo, os gregos perderam diversas batalhas e não conseguiram manter sua unidade, pois seu governante compartilhava ideias de retenção para qualquer liderança em seu país.

Analisaremos a seguir o conselho de Maquiavel ao príncipe que adquiriu um principado misto tendo como referência os romanos. “Porque os romanos fizeram nesses casos o que devem fazer todos os príncipes prudentes que consideram não só os problemas atuais, mas também os futuros, para os quais devem preparar-se com toda energia, pois, quando previstos, é fácil remediá-los; mas, se esperasse até que se aproximem, o remédio já não chega a tempo, tendo em vista que a doença se tornou incurável” (Maquiavel, 2020, p. 25).

A esse exemplo conseguimos entender o mal de uma doença difícil de ser detectada no início, mas fácil de curar se for encontrada antes de se espalhar. Porém, quando a doença não é encontrada rapidamente se espalha e infecta outras partes do corpo dificultando a remediação. Maquiavel cita esse exemplo para compreendermos o que acontece com o Estado que não se importa com os males imprevisíveis, pois os problemas que surgem são previstos e é fácil corrigi-los. Por fim, quando o governante não se dá por conta de prever quando se é permitido, não se pode corrigir os erros.

Em referência aos romanos entendemos que ao identificar ou problemas eles resolvem imediatamente. Possivelmente havendo uma guerra os romanos buscam soluções para os problemas, pois sabem que a guerra pode ser adiada e não evitada. “Os romanos, prevendo os problemas, trataram deles imediatamente e, até para evitar uma guerra, não os deixaram crescer, pois sabiam que a guerra não deve ser evitada, apenas adiada em benefício de outros (Maquiavel, 2020, p. 26).

Maquiavel busca dizer que o conflito entre o poder, ao contrário da tradição, é a primeira condição das dificuldades. Sendo assim, conseguimos questionar a unidade política e o papel do outro na sociedade. A preocupação de Maquiavel é simples, ou seja, é de encontrar alguém preparado para administrar e se relacionar com o povo de maneira construtiva. Um governo por excelência e soberania pode ser construído com ordem, no qual levantamos, assim, uma casualidade de compreensão do problema “dificuldades”, mas que na realidade, aparece e precisa do povo. É fato perceber essas dificuldades fazendo a comparação com a história de Roma com a de Florença, mostrando que o conflito de poder foi à causa primeira da dificuldade.

A busca pela liberdade e o exílio de povos resultaram em assassinatos e mudanças de governo. Maquiavel propõe um novo entendimento do conflito político e sua relação com a população. Em vez de condenar o povo, devemos evitar identificá-lo como germe destruidor e

perverso da sociedade. Com isso, compreendemos que o conflito é o verdadeiro responsável pela liberdade pública, e com ele podem surgir problemas irremediáveis.

Na filosofia dos sábios gregos, a percepção do tempo era comum, enfatizando a aprendizagem com os benefícios de nosso próprio valor e o desfrute da prudência, aspectos que o tempo pode favorecer naturalmente. A ideia que consegue descrever o papel do bem e do mal é exposta nas teorias já estudadas. Baseado nesse pensamento, o príncipe perceberá o que é capaz de trazer consigo em seu governo.

Com essa análise dos comentários de Maquiavel, pausamos os acontecimentos da antiguidade e voltamos nossa atenção a França de Luís XII. Aprenderemos com o que ele poderia ter feito ao governar um Estado composto de vários elementos. “... o rei poderia ter mantido sua posição na Itália se tivesse observado as regras acima estabelecidas, mantido todos os seus amigos seguros e protegidos” (Maquiavel, 2020, p. 27). Com objetivo de ocupar seu lugar na Itália e não ter aliados por causa de seu antecessor, ele foi forçado a se aliar aos que poderia conquistar, porém, na Lombardia conseguiu reconquistar o que seu antecessor havia perdido, os florentinos ficaram amigos e grande parte da nobreza italiana fizeram tentativas de serem seus amigos.

Ao chegar a Milão, ele se enfraqueceu ao ajudar o Papa Alexandre a conquistar a Romanha. Desapontou alianças que havia conquistado, aumentou o poder da igreja mesmo sabendo que alguns de seus súditos não concordavam, por fim, precisou lutar a frente de seu exército contra a Toscana antes que o Papa que havia ajudado tomasse posse. Após tantos erros Luís XII tentou adquirir o reino de Nápoles, compartilhou governo com o rei da Espanha, algo que não deveria ter feito, pois era seu principal adversário, além disso, deixou seu Estado aborrecido e foi expulso por causa dessa aliança.

“O desejo de conquista é, na verdade, muito natural e comum, e os homens sempre o fazem quando podem, e por isso devem ser elogiados, não censurados; porém, quando não podem fazê-lo, mas desejam de qualquer forma, há loucura e culpa”. (Maquiavel, 2020, p. 28). A reflexão de Maquiavel sobre o desejo de conquista nos permite compreender a naturalidade e o comportamento dos homens quando se fala de poder. A ambição é bastante forte e desejável sendo parte da natureza humana³³.

³³ Assim, a lei civil é apenas a restrição do “direito de todo homem a toda coisa, no estado de natureza”. “A atividade legislativa não é outra coisa senão esta restrição... a lei não foi trazida ao mundo para nada mais, a não ser limitar a liberdade natural dos indivíduos” (Leviatã, cap. 26). Trocar a garantia da minha paz e da minha segurança pela aceitação das obrigações legais. . . Até aqui, Hobbes parece efetivamente ser o fundador da “visão-do-mundo” liberal. Até percebermos (por exemplo, no capítulo 21 do Leviatã) que as leis civis têm menos o papel de reprimir que o de apagar quase completamente esta liberdade natural, “a única que pode ser propriamente chamada de liberdade”. A palavra muda de sentido quando Hobbes passa à “liberdade dos súditos”. Que sentido

Aprendemos que o rei Luís XII cometeu erros, destruiu poderes menores e aumentou poderes maiores, aliou-se a um estrangeiro, não viveu no principado que havia conquistado e não criou colônias. Caso esses erros fossem os únicos, as dificuldades não seriam tão cruéis, porém, um outro maior erro aconteceu, o de retirar suas tropas para ir à guerra³⁴.

Vimos até aqui exemplos de principados novos, mistos, hereditários e suas formas de governo. Para dar continuidade ao estudo da preservação da ordem como forma de governo, faremos uma análise sobre por qual razão o reino de Dario, ocupado por Alexandre o Grande, não se rebelou contra seus sucessores. Esta análise considera explicar as dificuldades de manter um Estado recém adquirido e as ambições de seus sucessores.

Podemos nos perguntar como Alexandre o Grande se tornou conquistador da Ásia onde a própria ainda não havia se unificado. Maquiavel nos responde descrevendo que ao longo da história só existe duas maneiras de governar um principado³⁵. Os barões citados por Maquiavel têm seus próprios criados e súditos que os reconhecem como seus senhores, da mesma maneira que um afeto natural nasce sendo nutrido entre um Estado e seus súditos, com isso, os Estados que são governados por um príncipe e seus servos são mais fiéis ao seu governante. Certamente porque, em todo o principado não existe ninguém que seja superior ao governante, mas, caso os cidadãos se tornem devotos a outro governo, não existirá afeto para quem irá conquistar um principado de um governante querido por seus súditos.

À medida que aprofundamos nossos estudos sobre as formas de governo conseguimos entender as diferentes situações e resoluções citadas por Maquiavel, e através delas conseguimos continuar buscando argumentos que conseguem contribuir ao longo da filosofia política e a história da política moderna. Conforme seguiremos aprofundando conceitos e buscando justificativas, avaliaremos com o governo de Dario foi comparado ao reino turco, e conseqüentemente, Alexandre analisou e agiu destruindo Dario em campo de batalha e o retirou de seu país. Por fim, Alexandre conquistou o reino da Ásia confiando em seu exército, não temeu as revoltas dos súditos de Dario e não confiou neles antes da sua vitória. Após a vitória de Alexandre, Dario foi morto por seus homens.

pode ter, exatamente, esta liberdade? Seria o fato de estar isento das leis? Então seria o mesmo que pedir a “liberdade” de estar sujeito à agressão de todos os outros... “É, contudo, por absurdo que isto seja, é o que pedem os homens.” (LEBRUN, Gérard, 1981.p 25)

³⁴ “Disso se extrai uma regra geral que nunca ou raramente falha: está arruinado aquele que é a causa de outro se tornar poderoso, porque essa predominância foi provocada ou pela astúcia ou pela força, e em nenhuma das duas confia aquele que foi elevado ao poder”. (Maquiavel, 2020, p. 29).

³⁵ “... ou por um príncipe, com um corpo de eruanários que o assiste para governar o reino como ministros por seu favor e permissão; ou por um príncipe e por barões, que detêm essa dignidade devido ao sangue, e não à graça do príncipe”. (Maquiavel, 2020, p. 32).

Com a morte de Alexandre se seus súditos tivessem se unido, teriam aproveitado melhor a segurança e conforto deixadas por ele, porque, os problemas que apareceram no governo após a morte de Alexandre foram aqueles causados por seus próprios súditos. Maquiavel então conclui que, a facilidade com que Alexandre conquistou e manteve o império da Ásia não foi ocasionado por pouca ou muita virtude de seu governante, mas sim, pela falta de unidade do Estado citado.

Seguimos estudando como devem ser governados os principados ou as cidades que, antes de serem ocupados, viviam com suas próprias leis e costumes. Existem três possibilidades que Maquiavel explica sobre as formas de governar esses principados. A primeira possibilidade é de arruiná-los, a próxima é de viver e construir moradia nessas cidades, e a terceira é deixar que a população viva suas próprias leis e costumes, no entanto, caberá ao governante criar impostos e estabelecer ali uma oligarquia amigável.

Maquiavel esclarece que um governo não pode ficar dividido entre amizade e interesse, ao príncipe, portanto, deverá manter o controle da cidade ou principado através da facilidade, a cidade que está acostumada com a liberdade renderá bons súditos ao príncipe que respeitar essa liberdade. Assim, o príncipe deve saber que não existe maneira segura de governar os principados ou as cidades que, antes de serem ocupados, viviam com suas próprias leis e costumes. Vejamos exemplos dos espartanos e romanos: os espartanos formaram uma Oligarquia em Atenas e Tebas, mesmo assim as perderam, já os romanos, desmantelaram civilizações como Cápuia e Cartago e não as perderam. E por fim, tentaram conquistar a Grécia usando a mesma proposta dos espartanos, permitindo que os gregos mantivessem suas leis e costumes, e não tiveram sucesso.

Pois, os cidadãos livres falarão sobre ordem e liberdade, debaterão sobre privilégios e impostos, e o tempo não fará com que eles esqueçam como foram conquistados, ao menos que sejam separados e punidos por tais feitos. A obediência surge com as atitudes do príncipe, ou seja, o governante deve exterminar as famílias de onde ele quer conquistar, dessa forma, ele conseguirá obediência, os súditos ficarão submissos, não pegarão em armas, logo, ele conseguirá conquistar o principado com maior facilidade. Entretanto, nas repúblicas existe mais vitalidade, força e movimentação, essa vitalidade não é capaz de fazer com que os súditos esqueçam como foram conquistados, e por isso, a forma mais segura de conquistar uma república é destruí-la ou habitá-la.

Ao falar de principados inteiramente novos, Maquiavel apresenta os mais altos exemplos de governo e administração, porque, quando os príncipes tentam seguir os caminhos

já trilhados por outros, mesmo assim, ainda não conseguem seguir inteiramente a inspiração. Primeiramente, isso se deve a diversos fatores, incluindo a virtude de cada governante, e com isso, podemos verificar os exemplos na seguinte passagem “Um homem sábio deve sempre seguir os cursos trilhados por grandes homens e imitar aqueles que foram supremos, para que, se sua capacidade não se igualar à deles, pelo menos tire proveito do que é passado” (Maquiavel, 2020, p. 40).

A realidade da natureza dos povos é variada, segundo Maquiavel, estava determinado que a Itália precisava de um príncipe que estabelecesse uma nova ordem, que enfrentasse as dificuldades e entrasse em acordo com as novas leis e aos novos costumes que precisavam ser introduzidos. Após essas atitudes, o príncipe conseguirá construir seu Estado e assegurar o poder em seu governo, e jamais se pode ter medo dos adversários, portanto, a descrença dos homens diante das forças dos adversários deve ser combatida, ou melhor, esse medo deve ser afastado por meio da persuasão.

Além de todo o processo historiográfico que apresentamos anteriormente e que justifica o ponto de vista de Maquiavel, refletiremos sobre a importante comprovação da singularidade dos conceitos até aqui apresentados. Sobretudo, toda justificativa se coloca em sua visão da filosofia política, bem como, há uma irrupção de seu pensamento de *Fortuna*. Este processo, originalmente, designa uma divindade latina, tradicionalmente vinculada para os romanos ao destino e a eventualidade, que despejaria tal sorte segundo seu arbítrio sobre os seres humanos. Portanto, a *Fortuna* justificaria o acaso na vida das pessoas: a sorte e a eventualidade podem conduzir boas novas ou más notícias, oportunidades de ouro ou situações prejudiciais.

A diferenciação dada por Maquiavel à concepção de *Fortuna* no texto do livro em estudo, sem dúvida, provoca uma discussão ligada igualmente o conceito de virtude. A ideia desses conceitos e a semelhança entre eles fica mais clara à medida que são analisados profundamente³⁶.

Antes de tudo, esse conceito exposto é importante por várias razões, nele, apreendemos que Maquiavel almeja, de fato, *presentear* Lourenço de Médici com seus ensinamentos sobre

³⁶ [...] para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase. Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente. E como eles são feitos assim, só resta aos homens providenciar barreiras e diques em tempos de calmaria, de modo que, quando vierem as cheias, eles escoem por um canal ou provoquem menos estragos e destruições com seu ímpeto. Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos; e para aí ela volta seus ímpetos, onde sabe que não se construíram barreiras nem diques para detê-la. (Maquiavel, 2020, p. 131).

política. É provável que, a situação tem relação com o contexto político de Florença no andamento e sua intenção particular de contribuir com à vida pública da cidade, dessa forma, se conseguisse ganhar o prestígio do novo governante, o caminho de volta à magistratura seria muito mais fácil.

Embora mais admirável seja entender a intenção filosófica da obra declarada na seguinte passagem; Maquiavel apresenta a Lourenço de Médici seu conhecimento sobre os acontecimentos e os costumes de agir das grandes personalidades da política, o que se demonstra, ele afirma primeiramente, pela extensa experiência das “*vicissitudes modernas*” e, em seguida, pelo estudo sucessivo das “*vicissitudes antigas*”. Assim, fica aconselhado que seu pensamento é fruto de ambas, tanto da experiência prática quanto do estudo teórico com perspicaz destaque na primeira.

Outro ponto digno de destaque, como já mencionamos em momentos anteriores, é a ideia de que o governante, ao compreender a natureza humana, consegue abordar e resolver os problemas sociais de sua época. Assim, embora seja crucial como uma representação central do conhecimento de um príncipe, não substitui os extensos, demorados e complexos estudos que o autor realizou antes de elaborar essa obra.

Assim podemos, por fim, entender melhor o título da obra, que também pode nos causar alguma confusão. Afinal, Lourenço de Médici não é precisamente um príncipe, - em nossa definição comum do termo, o filho de um rei, uma vez que é o senhor de uma República onde, supostamente, não existiriam dinastias hereditárias. Mesmo seus antecessores eram eleitos enquanto gonfaloneiros, e não eram senhores absolutos. Por isso, o objetivo de cada príncipe está direcionado a sua forma de governo, ou seja, almejar conquistar cidades e principados não foi e nunca será tarefa fácil. Vejamos, um objetivo sem ambição não terá resultado; um governo sem administração adequada será engolido por seus problemas. Portanto, os principados novos que estão sendo administrados por seus governantes novos, lutam pela conservação de posse, essa luta é resultado da virtude de cada príncipe que governa³⁷.

A virtude de cada governante é citada como bom exemplo de governo na obra de Maquiavel, bem como, os exemplos excelentes como o de Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu são marcados pela virtude e não pela fortuna. Embora, a participação de Moisés seja descrita como

³⁷ Por certo, a virtude está em nosso poder, bem como o vício. Com efeito, naquelas coisas em que o agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas coisas nas quais o não está em nosso poder, também está o sim, de sorte que, se está em nosso poder agir, quando é belo, também o não agir estará quando é desonroso. ARISTÓTELES. **Ética Nicomaqueia**, III, 7. Tradução de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus, 2008. p. 70.

vontade de Deus³⁸, ele deve ser admirado pela forma de trilhar seu caminho e seguir determinadas ordens, essa postura determinou significativa o rumo que a história de seu povo.

Já na condição de Ciro e outros que adquiriram ou fundaram reinos, todos são admiráveis, no qual, sua postura e forma de governo não devem ser inferiorizados em comparação ao de Moisés. Ao examinar as ações e vidas de cada um deles podemos ver que algo em comum, a oportunidade, isso destaca como cada um conseguiu moldar sua necessidade e criar um espaço para governar. Logo aprendermos que sem essa capacidade de ousadia, nenhum deles conseguiria seguir com seus planos, todo esforço usado por eles seria em vão.

Segundo Maquiavel, Moisés precisou encontrar no Egito o povo de Israel escravizado e oprimido pelos egípcios, Rômulo ao nascer foi abandonado e levado distante de seu país, Ciro encontrou os Persas descontentes com a forma de governo da Confederação Meda, e Teseu encontrou os atenienses dispersos e frágeis. Essas oportunidades citadas foram o ponto crucial para esses homens afortunados conseguirem seus objetivos, assim, o reconhecimento dado a esses príncipes é compreendido por aqueles que, por formas virtuosas, como esses homens, se tornam príncipes e conquistam um principado com dificuldade, mas o nutrem com facilidade.

Para o governante novas regras e métodos de organização serão abordadas como as dificuldades que um príncipe encontrará ao adquirir um principado novo através da virtude³⁹. Colocar ordem em novas coisas é algo difícil e perigoso, mais perigoso ainda será conduzir seus súditos para uma nova proposta administrativa, além de introduzir uma liderança e combater seus inimigos, pois, o novo líder terá como inimigos aqueles que se deram bem no governo antes de ser conquistado.

O perigo citado surge por medo daqueles que se apoiam nas leis que os favorecem, de fato, suponhamos que em parte, aqueles que não se dispõem em acreditar nas inovações, não

³⁸ O cargo de soberano (seja ele um monarca ou uma assembleia) consiste no objetivo para o qual lhe foi confiado o soberano poder, nomeadamente a obtenção da segurança do povo, ao qual está obrigado pela lei da natureza, e do qual tem de prestar contas a Deus, o autor dessa lei, e a mais ninguém além dele. [...] Deus é rei, que a terra se alegre, escreve o salmista. E, Deus é rei muito embora as nações não o queiram; e é aquele que está sentado entre os querubins, muito embora a terra seja movida. (HOBBS, Thomas, 1988. p. 103-106, 200-201).

³⁹ Para Maquiavel, como para os outros humanistas, o conceito de virtude serve dessa forma para indicar a qualidade indispensável que capacita um príncipe a vencer as pedras e setas da enfurecida Fortuna, * e a aspirar assim à obtenção da honra, glória e fama. Isso se evidencia com muita nitidez em seu capítulo “Por que os príncipes de Itália perderam seus Estados” (p. 128). Aqui ele previne todos os novos príncipes, se desejam alcançar “a dupla glória” que resultará de ter fundado um principado novo e de lhe consolidar a existência, que “os únicos meios bons, certos e duradouros” a utilizar são “aqueles que dependem de tuas próprias ações e de tua *virtit*” (p. 129). O mesmo tom ressurge, ainda mais vigoroso, no capítulo final do Príncipe, na “Exortação” de Maquiavel aos Medici para que “livrem a Itália das mãos dos bárbaros” (p. 133). Depois de assegurar-lhes que sua “ilustre casa” possui “*fortuna e virtit*”, afirma não haver alguém mais capacitado que eles a “conduzir a Itália a sua redenção” (p. 135). E conclui citando a estrofe de Minha Itália na qual, conforme já vimos, Petrarca apelava a seus compatriotas para provar que sua *virtus* não estava perdida e que eles seriam capazes de ressuscitar as glórias da antiga Roma na Itália moderna (p. 138). (SKINNER, Quentin, 1988 p. 142).

confiam nos resultados de uma experiência segura. Portanto, se faz necessário questionar ao governante em quem seus súditos podem confiar em si mesmos, ou depender de outros para executar inovações.

Para seguirmos adiante com a forma de governo é necessário entender quais são as divisões que aparecem nas ideias propostas por Maquiavel, poderemos entender os termos que são usados para justificar o segmento de súplica ou uso da força. No primeiro caso é quase sempre seguro, mas quando confiam em si mesmos e usam da força, são raramente colocados em perigo. “Foi assim que todos os profetas armados conquistaram, e os desarmados foram destruídos” (Maquiavel, 2020, p. 42). O comportamento dos povos governados varia de acordo com sua natureza, embora, seja fácil persuadi-los, é difícil mantê-los enganados por muito tempo. Convém, portanto, o governante está preparado para quando seus inimigos não acreditarem mais, e usar da força para corrigi-los.

“*O Príncipe*” pode estabelecer por si mesmo uma base de reflexão para a Filosofia ou para a política, porém para a república, incita uma investigação que pode ser usado como fundamento e relato dos problemas históricos específicos. Estes, entretanto, são inúmeros. Podemos dar alguns exemplos em subáreas da história as mais diversas, da história militar e da história comparada à história das ideias políticas.

Se Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu tivessem sido desarmados, não teriam atingido seus objetivos, assim como é o exemplo do Frei Girolamo Savonarola, sendo arruinado junto a suas ideias e nova ordem das coisas. A população deixou de acreditar em suas ideias, perdeu os meios com que trazia sua segurança nas palavras e ficou frágil a ponto de seus inimigos destruí-lo. Provavelmente como Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu tem grandes dificuldades em colocar em prática suas ideias, a virtude é a melhor alternativa para conseguir seus súditos. A virtude esteve com eles quando os inimigos surgiram, com isso, eles começaram a ser respeitados, e continuaram a ser poderosos, honrados, seguros e felizes.

Após analisarmos esses grandes exemplos de governo de sucesso veremos um menor, Maquiavel cita Hierão de Siracusa, um homem que se levantou de sua posição e ousou em se tornar príncipe de Siracusa. A esse exemplo também percebemos que foi usado da fortuna, ou seja, oportunidade. Os siracusanos ao passar por dificuldades nomearam Hierão como capitão e logo após seus feitos recompensaram com príncipe.

As virtudes de Hierão são descritas como um homem que aboliu o velho exército, organizou um novo, abdicou das velhas alianças, fez novas; e, como possui seus próprios soldados e aliados, sobre tais embasamentos era capaz de construir qualquer fundamento ou

organização e assim, teve muito trabalho para conquistar seu Estado, mas teve pouco trabalho para mantê-lo.

Os príncipes que atingiram a glória através da fortuna, tem muita dificuldade em se manter no topo, bem como, os principados novos conquistados por fortuna ou pela doação podem ser lavados a corrupção. A exemplo temos o de Dario que nomeou governantes nas cidades da Jônia e Helesponto, para que esses governantes garantissem força e glória, mas a corrupção chegou ao império através da falta de virtude nos soldados.

A falta de conhecimento para um cargo de grande prestígio é um gatilho para a ruína do império. Para governar se faz necessário boa vontade e virtude, pois, na falta de ambas, deixam os súditos instáveis e infiéis. Os Estados que se erguem rapidamente como as coisas da natureza não deixam estruturas sólidas, logo, a primeira adversidade poderá destruí-lo. O governante deverá ter conhecimento virtuoso para administrar o cargo, sem isso, a fortuna o levará para baixo, sem preparação e entendimento entre virtude e fortuna, não existirá os pilares fundamentais para o conhecimento do príncipe.

A virtude a fortuna são métodos de ascensão para o príncipe, veremos dois exemplos com base nessas condições. Os de Francesco Sforza e César Bórgia⁴⁰, com métodos próprios e virtude por ser uma pessoa privada, Francesco Sforza se tornou duque de Milão e as pequenas adversidades foram vencidas por sua oportunidade e ousadia. Por outro lado, teremos César Bórgia, que foi escolhido e nomeado pelo seu povo de Duque Valentino. Durante o governo de seu pai conseguiu prestígio, mas com a morte de seu genitor, seu governo foi a ruína. Apesar das tentativas de manter-se no poder César Bórgia⁴¹ não firmou práticas seguras que poderiam ter sido feitas por um homem sábio.

Como podemos perceber, as ideias de manutenção de poder podem ser atingidas pela virtude do príncipe. Mas, no andamento da obra, o governante sofrerá problemas caso ele

⁴⁰ Os *condottieros* no norte da Península Itálica, Para manter seu poder nesse cenário turbulento, muitas das repúblicas italianas recorriam com frequência ao serviço de *condottieros* (palavra derivada do latim *conducere*, que significa "conduzir"), como eram conhecidos os comandantes de milícias e tropas de mercenários. Até mesmo os Estados Pontifícios contavam com esse tipo de apoio militar: a Guarda Suíça, que protege o Papa até os dias de hoje, originou-se nesse contexto. Portanto, os *condottieros* agiam mediante contrato, chegando a receber grandes quantias por sua lealdade às cidades-Estados do período. Alguns *condottieros*, como César Bórgia (1475-1507) – com quem Maquiavel viria a ter contato em seus anos de política – teriam importante relação com o contexto político do período, chegando a servir a mais de uma das repúblicas e anexar territórios distintos sob seu poder (MURPHY, D, 2007.p.64).

⁴¹ Ao estudar a figura do “príncipe novo”, Maquiavel escolheu o exemplo de um governante que foi mestre na arte de dissimulação de seus pensamentos e de sua natureza mais íntima: César Bórgia. Logo no início de O Príncipe, ele já havia mostrado que os objetos mais interessantes para o estudioso da política são os principados novos, os que não podem se beneficiar dos costumes ou da tradição para se manterem. Em outras palavras, Maquiavel fez da ação política dos governantes que estão correndo risco para inovar seu objeto privilegiado. Inovar significa para ele quebrar regras e tradições e inaugurar um novo reino de relações entre os homens (Bigotto, 1991, p. 15).

confunda seus objetivos principais. A exemplo teremos “... porque não sei que preceitos melhores para dar a um novo príncipe do que o exemplo das suas ações; e, se suas disposições não serviram de nada, não foi culpa sua, mas da extraordinária e extrema malignidade da fortuna”. (Maquiavel, 2020, p. 46).

Os modelos seguintes usam da modernidade para impactar a história, sendo estes, os principados novos que foram conquistados por armas e a sorte de outros. São narrados com grande entusiasmo, cogitamos explicar as obrigações do governante, dessa forma, veremos muitos governos e situações que nos permitem questionar sobre a manutenção do poder. Para isso iniciaremos com Alexandre VI e outros.

Alexandre VI teve muitas adversidades na tentativa de engradecer, o Duque, seu filho, não havendo como tornar o Duque senhor de algum Estado, partiu em direção a Igreja. Sua disposição para tomar posse da igreja era grande, mas sabia que o Duque de Milão e os Venezianos não permitiriam tal feito, porque Faenza e Rimini já estavam sobre proteção dos venezianos.

Alexandre VI ao perceber que na Itália estavam os Orsini, os Colonna e os seguidores do papa, entendeu que era preciso perturbar os costumes, fragilizar as políticas e ter voz para ser escutado pelos cidadãos. Com isso, ele encontrou os venezianos movidos por outras razões, as de trazerem os franceses de volta para a Itália. Os franceses e o rei Luiz chegaram a Milão a pedido de Alexandre VI, em seguida, o rei Luiz foi recebido pelo papa com soldados armados, mesmo assim, o papa passou a posse da Romanha para ele devido a reputação do rei.

Contudo, após ter conseguido a Romanha e expulsado os Colonna o Duque não pretendia parar, porém ele foi impedido por dois fatores: o primeiro, era a lealdade de seu exército, o segundo sua parceria com a França para conquistar a Itália. A imparcialidade dos Orsini após algumas batalhas colocou o principado em atritos, sendo assim, o Duque precisou tomar medidas para remedia-las as ações, ou perderia tudo o que havia conquista com as negociações.

Inicialmente o Duque enfraqueceu as facções dos Orsini, desequilibrou os Colonna, nomeou cavaleiros os súditos que ainda não estavam preparados, compartilharam doações para os cavaleiros recém feitos e distribuiu honrarias para seus súditos. Todas essas medidas levaram a ruína do Duque em pouco tempo, pois, sem a administração dos Orsini e a participação ativa dos Colonna os súditos ficaram dispersos e sem ideais. O Duque percebeu as dificuldades no momento que para ele era apropriado, diante disso, os Orsini perceberam que se a igreja apoiar o Duque e crescerem juntos ou individuais, era a ruína deles.

Surgiram congressos e assembleias após algumas dificuldades, outras medidas foram tomadas para amenizar as situações de corrupção, para isso, foram convocados reuniões e conselhos para discutir as propostas de paz ou guerras. Porém, com alguns tumultos já existindo na Romanha e aparecendo inimigos, o Duque ficou desprotegido, rapidamente tentou restaurar sua unidade com os franceses, apelou a artimanhas e formas de batalhas as quais ele achava seguras, recorreu a doação de dinheiro e títulos que deixavam claro o desespero para restaurar sua autoridade. Existiu tanto sacrifício em busca da preservação do governo que os Orsini foram reconciliados, massacrou os líderes e seus opressores, transformou os neutros em aliados e passou a prosperar nas terras conquistadas.

Refletimos até o momento sobre as condições e dificuldades na manutenção dos principados, continuaremos para entender as condições que transformaram as formas de governo e sua prática. Vejamos a continuidade da Romanha, que antes da administração do Duque, estava sobre domínios de senhores fracos e seus súditos era motivados pela desunião.

Marcada por roubos, disputas por territórios e violência, assim, com o objeto de trazer ordem e paz, o Duque modificou toda a terra conquistada e é considerado um bom governante. “Desse modo, promoveu *messer* Ramiro de Lorca, homem rápido e cruel, a quem deu todo o poder. Este, em pouco tempo, restaurou a paz e a unidade com o maior sucesso” (Maquiavel, 2020, p. 49). Após essa medida, que tinha como objetivo restaurar a paz e a unidade, o Duque percebeu que não era mais necessário o uso da violência, percebeu inclusive que, se continuasse com a forma brutal se tornaria odiado em pouco tempo.

O Duque criou um tribunal para organizar e ajudar na administração do seu governo, sobretudo, o tribunal era formado por um excelente presidente, onde todas as cidades tinham diferentes participações e poderiam ser atendidas. Usou da oportunidade para limpar o passado, abalado pelo *messer* Ramiro de Lorca, sabendo que sua crueldade tinha sido um marco no seu governo, o Duque colocou a culpa dessa prática na natureza de seu ministro, tirando de si toda culpa.

Para se livrar da culpa o Duque teve a seguinte postura “Sob esse pretexto, pegou Ramiro e certa manhã fez com que fosse executado e deixado na praça de Cesena, ao lado de um cepo e de uma faca ensanguentada. A barbaridade desse espetáculo deixou o povo ao mesmo tempo satisfeito e consternado” (Maquiavel, 2020, p. 49).

Maquiavel torna a explicar que agora o Duque encontra-se suficientemente poderoso, dessa forma, para que o governo adquirido com tantas dificuldades e rivalidades, não seja desfeito, o príncipe deverá propor medidas e construir novas alianças. A existência de audácia

e virtude são fragmentos que podem levar um príncipe a um lugar de glória, porém se esses alicerces não forem bem construídos, não haverá condições para superar as dificuldades. Todo o comportamento do duque é referência para aqueles que são colocados no poder pela fortuna e pela conquista de outros.

A ruína do governo do Duque foi causada pelo surgimento de um novo papa. Se pudéssemos apontar o erro que levou ao fracasso do governo do Duque, seria a eleição de um novo papa. Júlio II não poderia ter sido eleito, pois, trouxe consigo a vingança e os interesses de cardeais que foram destruídos pelo Duque. Por fim, Maquiavel sugere ao Duque uma vinculação ao qual queria a seguinte colocação, se ele pretende colocar um papa na administração da igreja, que ele colocasse um amigo, na justificativa de manutenção da unidade política, pois, para poder participar das decisões e não perder o controle de sua administração. Infelizmente o Duque errou nessa escolha, e essa foi a sua ruína.

O interesse de Maquiavel em criar uma unificação italiana deixa claro o papel da igreja e seus associados, isso é percebido de tal modo que, nos últimos exemplos citados, cada um deles, corresponde a uma adaptação a um novo modelo que vinha se impondo com a modernidade europeia. Apesar da perspectiva republicana dentro da qual sempre Maquiavel se posicionou, a realidade histórica parecia demonstrar que o modelo mais adaptado para aquele momento seria a unidade política e sua manutenção. Visto assim, como aconteceu nos demais países da Europa continental e igualmente com a Inglaterra.

Essa posição de Maquiavel relacionada ao homem moderno e a unidade política italiana, nos permite compreender a modernidade e o que estava nela acontecendo. A exemplo teremos a formação dos grandes estados centralizados, a concessão monárquica como forma de governo e os problemas na manutenção do poder do Estado. Maquiavel apresenta situações e justifica como resolvê-las, para isso, ele pretende lidar com a abordagem entre o modelo de governo que considera mais evoluído e o modelo de governo que o momento da história europeia parece exigir para proporcionar uma unidade. Essa unidade estará ligada ao desenvolvimento italiano descrito em novas estruturas econômicas, que estarão mais fortalecidas de um ponto de vista militar e político. Com isso, a resolução estará nas mãos dos principados centralizados em torno da figura de um monarca forte que controle as armas (centralização da violência física legítima), as leis (a justiça) e o fisco.

Maquiavel finaliza os estudos da forma de governo levando em consideração as necessidades de manutenção e a importância da relação entre o Estado Moderno, o povo e o regente soberano. Nesse pensamento podemos acreditar a seguinte perspectiva; para um

governante manter seguro seu principado novo ele deve conquistar os amigos, deve vencer pela força ou pela fraude os desafios que surgirem, no entanto, deverá ser amado e temido pelo povo. Com essa condição conseguirá ser seguido e venerado pelos soldados, eliminar aqueles que têm poder ou razão para prejudicá-lo.

A postura do príncipe exige uma prática sólida, que consiga extinguir a política infiel, mudar a velha prática das coisas, ser rígido e gracioso, generoso e aberto. Quando se sentir ameaçado deverá destruir um exército desleal e criar um, manter amizade com reis e príncipes de tal forma que devam ajudá-lo com zelo e atacá-lo com cautela, por fim, Maquiavel conclui que não pode encontrar um exemplo mais vivo do que as ações desse homem. Além da virtude e fortuna podemos perceber diversas maneiras de entender a postura do príncipe, sendo descrita como, a postura que o governante deve seguir será a do mérito e reconhecimento.

Maquiavel aponta duas maneiras contrárias a virtude e a fortuna, sendo elas, a primeira de uma força criminosa e maléfica, e a outra, torna-se príncipe em favor de seus conterrâneos. Falaremos então do primeiro modo, Maquiavel divide essa forma criminosa em dois exemplos e continua falando dessas ideias em outra obra.

Agátocles é o primeiro exemplo, “Uma manhã ele reuniu o povo e o senado de Siracusa, como se tivesse de discutir com eles coisas relacionadas à república, e a um dado sinal os soldados mataram todos os senadores e os mais ricos do povo; estes mortos, ele tomou e ficou com o principado daquela cidade sem qualquer comoção civil” (Maquiavel, 2020, p. 52). Conseguimos perceber que o gênio desse homem é maligno, não podemos chamar de talento o massacre de cidadãos, nem de colocar essa proposta como algo valoroso, pois não permite a defesa de inocentes.

A desumanidade de Agátocles não o coloca como um governante excelente, evidentemente precisamos assistir aos seus feitos e entender que estão contra qualquer tipo de atitude mostrada nos governantes anteriores. Cada forma de governo apresentada é descrita com batalhas, negociações, cultura, habilidades e dificuldades. No caso de Agátocles, ele conquistou de forma acelerada e desumana, alcançando um posto que não se pode atribuir nenhum tipo de virtude, fortuna nem genialidade.

O segundo exemplo é o de Oliverotto “... iniciou com arte certos discursos graves, dizendo que tais assuntos deviam ser discutidos em um lugar mais privado, e se dirigiu a uma câmara, para onde Giovanni e o resto dos cidadãos o seguiram. Logo que se sentaram, os soldados saíram de lugares secretos e massacraram Giovanni e os demais”. (Maquiavel, 2020, p. 57).

Depois desse massacre Oliverotto sitiou a cidade de Fermo, assassinou os magistrados e a população com medo foi obrigada a obedecê-lo. Oliverotto se nomeou príncipe, matou todos os descontentes que podiam se revoltar contra ele, no mesmo ano em que cometeu essas atrocidades, ele ficou conhecido nos principados vizinhos. Podemos nos perguntar como o governo de Agátocles e Oliverotto duraram tanto tempo. Mas, a priori conseguimos perceber as atrocidades e a maldade presente nesses governos, e ainda assim, eles viveram seguros em seus principados, não foram vítimas de conspirações e seus cidadãos mantiveram a paz com receio do que poderia acontecer aos que se rebelassem.

Maquiavel explica que esses eventos se devem a crueldade colocada em prática nesse tipo de governo⁴², pois, a maldade pode ser praticada de duas formas, Bem-usada e Mal-usada. Podemos chamar de bem-usada aquela que é aplicada uma única vez e para benefício do governante. Já na mal-usada, no início que se coloca em prática é possível de controlar, mas com o passar dos anos ela aumenta, tornando-se incapaz de ser controlada.

Por isso devemos entender que o Estado pode apresentar sequelas causadas pela crueldade, no entanto, o príncipe que conseguir adquirir um governo através da crueldade deverá ficar atento. Se faz necessário examinar as tensões diariamente, deve sempre estar preparado para o embate, não pode confiar em seus súditos, nem ter elo de amizades. Além disso, deve viver no meio de seu povo suspeitando de revoltas que podem surgir, e por fim viverá conturbado e não conseguirá descansar.

Outro tipo de governo é citado na obra de Maquiavel, um governo no qual o líder é um cidadão escolhido pelo povo ou pelos nobres, não usando da maldade nem da intolerância para chegar ao poder. A esse tipo de governo podemos chamar de principado civil. Em todas as cidades existem partidos diferentes e escolhas que podem interferir no governo do príncipe, enquanto no centro teremos o governante que não governará para si, mas sim, para o povo ou para os nobres.

⁴² Observa que “aqueles que querem ser temidos” argumentam que, “com severidade e crueldade”, “conseguem manter uma cidade mais facilmente em paz e tranquilidade”, ao passo que “aqueles que querem muito mais ser amados” replicam que “não passa de uma vileza da alma” insistir em que a clemência sempre deva ser descartada (pp. 262-3). A conclusão de João de Viterbo, por ele enunciada de modo bem mais enfático do que o faz o autor desconhecido do Olho pastoral, é que “aqueles que querem ser temidos por seu excesso de crueldade está completamente errados”, pois “a crueldade é um vício”, e “é, por conseguinte um pecado”, o qual não pode ter cabimento algum no bom governo. Mas a principal via pela qual esses primeiros livros de conselhos contribuíram a fixar um padrão para a literatura posterior dos “espelhos dos príncipes” esteve na ênfase que colocaram na questão de quais virtudes deveria possuir um bom governante. O olho pastoral termina com a figura da Justiça montando uma “infectiva” contra os vícios habituais dos *podestà*, e exortando-os “a seguir a via correta sem nunca se desviar” (pp. 125-6) (SKINNER, Quentin, 1988 p. 55)

O príncipe será a balança entre as decisões e julgamentos. É com essa frase que discutiremos as situações seguintes, ou melhor, explicaremos que, os cidadãos não desejam ser governados nem oprimidos pelos nobres, ao contrário, são os nobres desejam governar e oprimir o povo. Com essa confusão de ideias individuais de cada grupo surge os desejos de governo. Maquiavel cita três formas oportunas de governar as cidades que está dividida entre nobres e cidadãos comuns. A primeira é um principado, a segunda um autogoverno e a terceira uma anarquia. O principado é criado pelo povo ou pelos nobres, e conseqüentemente, cada grupo tenta favorecer seus ideais, os nobres não suportam o povo e os cidadãos não aceitam serem oprimidos por sua classificação.

Com o surgimento do papel do príncipe ao governar um principado, vem as responsabilidades para remediar as ambições dos nobres e fornecer reputação ao povo. O governante que chega ao poder com ajuda dos nobres tem mais dificuldade, ao contrário do governante que recebe ajuda do povo. Porque, os nobres conseguem se igualar diante das situações culturais, modelo de vida e costume. Já na condição popular, o príncipe estará livre para governar, pois, a população não hesitará em obedecê-lo. Portanto, a relação entre a nobreza e o poder são caminhos estreitos e complicados, para um governante atender as necessidades dos nobres precisa estar atento as dificuldades e seus interesses, que não são iguais aos da população em geral.

O desejo do povo é de não ser oprimido, além disso, o príncipe deve saber que nunca estará protegido ao lidar com um povo hostil. Os problemas que um governante enfrenta ao lidar com um povo hostil são vários, incluindo abandono e rebeldia. Conseguimos perceber as camadas sociais diferentes explicados na forma de nobreza e população geral, a nobreza é representada pela minoria e a população em geral, pela maioria. É dever do príncipe estar em equilíbrio com ambas, para que esses grupos não levem o governo a ruína.

Maquiavel diz que “... os nobres devem ser vistos principalmente de duas maneiras: isto é, ou eles moldam seu curso de forma a ligá-los inteiramente à fortuna do príncipe, ou não” (Maquiavel, 2020, p. 61). Os nobres que ajudam o príncipe em seu governo devem ser amados e respeitados. Agora, os nobres que não contribuem e são gananciosos devem ser tratados de duas maneiras, o governante deverá analisar os nobres e separar em grupos.

O primeiro grupo será composto daqueles nobres que agem apenas por impulso e sua natureza, assim, caberá ao príncipe se aproximar desses, pois na hora das adversidades não farão mal ao seu governante. Porém, o segundo grupo será formado pelos nobres ambiciosos e

malfeitores, o príncipe deve se afastar desse grupo, pois, em qualquer adversidade eles são capazes de destruir o reino.

Por fim, o príncipe que conseguir chegar ao poder com ajuda do povo, deve se tornar amigo e preservar sua aliança. Mas, em oposição, na qual o príncipe chega ao poder com ajuda dos nobres, antes de tudo ele deverá se tornar amigo do povo. Com essa atitude ele conseguirá proteção e seu governo não ficará ameaçado.

O principado civil fica mais frágil quando muda da ordem civil para o absolutismo, já que o governo estará em grande perigo usando o autogoverno ou magistratura. A magistratura quando é colocada em prática a população evitará obedecer ao seu governante, por isso, existe pouca confiança dos cidadãos nos magistrados, principalmente em tempos conturbados. Lemos assim: “porque os cidadãos e súditos, acostumados a receber ordens de magistrados, não têm vontade de obedecer-lhe em meio a essas confusões, e sempre haverá, em tempos duvidosos, uma escassez de homens em quem ele possa confiar” (Maquiavel, 2020, p. 63).

Em meio a tumultos e confusões, o príncipe não tem chance de exercer sua autoridade, o príncipe não deve confiar que em seu tempo de governo tudo será paz e harmonia. Portanto, nas dificuldades como fome e miséria, o povo e seus súditos se unem em benefício particular, fazem promessas e correm em seu auxílio, quando os problemas enfraquecem e caso o governante necessite de ajuda, o povo hostil não se dispõe para contribuir.

A necessidade do povo fará com que o governante saiba resolver os desafios. Por isso, Maquiavel ensina o método que o governante deve ter em relação ao principado civil. Vejamos: “Um príncipe sábio deve adotar um caminho tal que seus cidadãos sempre precisarão, em todo tipo e circunstância, do Estado e dele, e então ele sempre os encontrará fiéis” (Maquiavel, 2020, p. 63)

Cogitamos até aqui sobre a variedade de espécies dos principados, suas formas de governos e como adquiri-los. Estudamos os principados hereditários, mistos e novos. Vimos a razão de Dario e seu desafio com Alexandre o Grande. Compreendemos a maneira de conservar as cidades e os principados, que antes da ocupação, tinham suas próprias leis. Criamos ideias sobre as formas de conquistas dos principados novos. Entendemos o principado civil e o cumprimento do dever. Citamos exemplos da virtude e a fortuna como protagonismo do príncipe.

Seguiremos para conclusão deste capítulo questionando como se devem medir as forças de todos os principados e explicaremos em uma abordagem rápida sobre os principados

eclesiásticos. Todas as formas de governo apresentadas possuem características diferentes, uma dessas características é a representação⁴³ do governante, sua virtude e fortuna.

Podemos entender melhor quando nos referimos aos desafios do governo, podemos então nos questionar: até que ponto podemos medir o poder do príncipe? Um príncipe consegue resolver sozinho os problemas, ou precisa de ajuda de outros? Com esses questionamentos iniciamos a investigação do poder nas mãos dos governantes.

Maquiavel considera capaz, o governante que consegue resolver seus problemas dialogando com seus súditos e usando seus próprios recursos. Em caso de guerras e grandes desafios, a sugestão é a fortificação das cidades e a segurança do povo, o governante que consegue fortificar sua cidade, resolver os problemas internos de seu povo, nunca será pego desprevenido, dessa maneira, a cidade segura e o povo protegido são sinais de que o governante se importa com seus súditos.

Para exemplo nós temos as cidades da Alemanha que são absolutamente livres, essas cidades são obedientes ao seu governante que as mantêm fortificadas e seguras. Possuem muros apropriados, artilharia suficiente, suprimentos suficientes para um ano caso haja invasões e a comunidade é fiel ao seu governante. Quanto aos trabalhadores, Maquiavel escreve: “são a vida e a força da cidade e apoiam o povo na realização deles; também realizam exercícios militares com disciplina e têm muitos decretos para sustentá-los” (Maquiavel, 2020, p. 67). Logo, o príncipe que governa as cidades fortificadas jamais será odiado por seus súditos. Os seus rivais terão medo ao atacar seu principado, pois, sabem que serão expulsos e massacrados. Ao mesmo tempo, o governante deve entender que sua segurança e a de seus súditos não será para sempre. Algumas tentativas de conquista poderão aparecer entre alguns anos, saques, queimadas e cercos poderão afetar a administração do príncipe.

⁴³ Retomamos a linha principal da caracterização do príncipe com o Capítulo XV. A fim de criar e manter uma ordem política estável, o príncipe deve observar certas regras de conduta. A discussão desse problema é governada pela tese de que a observação de princípios morais de conduta na política levará mais frequentemente ao desbaratamento do que ao sucesso. Ao elaborar sua tese em detalhe concreto, Maquiavel tinha o sentimento de fazer algo pouco usual; geralmente, acha ele, os autores raramente descrevem a realidade da política, mas envolvem-se em distorções fantasiosas da verdade. Ele insiste em descrever a verdade. "Porque a vida, como é, está tão distante da vida como deveria ser que um homem que desiste do que é feito pelo que deveria ser feito construirá assim sua ruína em vez de sua preservação." Um homem que se esforça para ser bom tem de perecer entre os muitos que não são bons. Daí um príncipe deva ser bom ou abandonar isso, de acordo com o ditado da necessidade (necessità). Todo o mundo, é claro, sabe que é louvável para um príncipe manter a fé e levar uma vida de integridade; a experiência, contudo, mostra em nossa época que esses que não são muito cuidadosos com sua integridade ganham ascendência sobre os que se mantêm centro do direito. O segredo do dilema tem de ser procurado no fato de que há duas maneiras de lutar: com as leis ou com a força. A primeira é própria dos homens, a segunda, e já que a primeira frequentemente não traz sucesso deve-se recorrer à segunda. "Daí dever um príncipe saber usar a nesta assim como o homem que há nele." (VOEGELIN, Eric, 2014, p. 92).

A essas situações Maquiavel diz que um príncipe poderoso e corajoso superará todas essas dificuldades, em um certo momento, esperança aos seus subordinados será reivindicada ao ponto que o mal não durará muito tempo. Então, a proteção será a dignidade do governante, é dever do príncipe, diante das ameaças em seu país, unir seus súditos, organizar tarefas, distribuir funções, garantir a segurança e liderar combates. Porque a natureza dos homens está ligada a todos os benefícios que recebem. Se tudo for bem planejado e organizado, o príncipe conseguirá vencer qualquer desafio, bem como, os cidadãos servirão e continuarão amando seu governante após as adversidades.

Um Estado que não é defendido por seu governante, embora não haja proteção, não há risco de traição, não se importam com a rotina, nem possuem desejo de mudança. A segurança e harmonia desses Estados são sustentados pela mente humana em benefício da fé. Por envolver motivos religiosos Maquiavel conclui “... não falarei mais deles, porque, sendo exaltados e mantidos por Deus, seria um ato de um homem presunçoso e imprudente discuti-los” (Maquiavel, 2020, p. 70). Podemos mudar nosso rumo para entender como a igreja conseguiu estabelecer poder e ordem ao longo de gerações. Antes dos acontecimentos que levaram os franceses a entrarem na Itália sobre o comando do rei Carlos, os italianos estavam sob o comando do papa e do Duque de Milão.

As ordens desses homens eram claras, não era permitido os estrangeiros portarem armas dentro dos territórios italianos, nem a tentativa de revolta ou rebelião da população em geral. Por esse motivo, para conter os avanços dos venezianos era necessário fazer uma aliança com os Ferrara, o papa dividiu as forças em duas facções, os Orsini e os Colonna, uma atitude bem provocativa, assim, as escolhas ruins sempre faziam com que o pontificado sempre fosse fraco e insuficiente.

Embora pudesse existir papas corajosos, nem a fortuna, nem a sabedoria poderiam fazer desaparecer os aborrecimentos. A vida curta era outro ponto que dificultava a administração dos papas, e por pelas razões citadas acima justificam a fragilidade do governo dos papas. Temos o exemplo de Alexandre VI que consegue prevalecer usando dinheiro e armas. Em sequência veremos o Papa Júlio, que conquistou a Romanha, usando das oportunidades criadas por Alexandre e encontrou o caminho aberto para acumular dinheiro de uma maneira nunca vista antes no governo de Alexandre.

As propostas do Papa Júlio eram de grande sucesso, todas as ideias do novo papa eram melhoradas com o passar dos anos. Ele pretendeu conquistar a Bolonha, arruinar os venezianos e expulsar os franceses da Itália, conseqüentemente, todos esses fatos foram concretizados.

Com todas essas atitudes o papel da igreja católica foi solidificado, o Papa Júlio quando entrou em contato com os Orsini e os Colonna se firmou e abalou a administração dessas facções. Sua segurança estava em ampliar o poder da igreja católica e que todos os seus cardeais fossem obedientes, ao ponto de não cometerem atrocidades. Por essas razões, o Papa Leão X encontrou o pontificado mais poderoso e organizado, com isso, podemos esperar que outros papas, armados com armas, virtudes ou fortunas consigam prevalecer diante as adversidades.

Ao que tudo indica, a organização do poder está relacionada com a sociedade, usaremos a seguir uma proposta para explicar as participações sociais, colocando o protagonismo do texto na “relação entre o povo e o soberano”, iniciaremos abordando a natureza dos Estados Italianos renascentistas italianos, tanto das repúblicas quanto das tiranias, que buscam por uma razão, não qualquer razão, mas a mais poderosa, a do desenvolvimento italiano, a que segue em direção ao homem moderno. Explicamos então que a necessidade de ordem é mais preocupante do que evitável, se a população tivesse conhecimento suficiente para resolver seus problemas, ninguém precisaria de um monarca. Podemos entender inicialmente, que o despotismo desenvolve em alto grau a individualidade do tirano, em seguida, porém, cresce também o talento que é objeto não só de sua proteção, mas ao mesmo tempo, as suas atitudes ruins em relação a população.

É provável que a população estaria, pouco a pouco, desenvolvendo uma noção de moralidade, ao se colocar como protagonista a um objetivo (o mundo), a sociedade italiana precisa de um governante? Como o governante conseguiu entender a natureza humana e passou a resolver os problemas que afastaram a política de Itália no Tempo de Maquiavel? O que nos permite pensar sobre o outro, deixa mais interessante a forma de governo. Desse modo, seria a tirania, o príncipe na visão de Maquiavel, em sua gélida ambição, o contrário do que parecia à primeira vista: aprendizado necessário no desencobrimento de uma natureza humana, comum a governantes e governados? Tais constatações, a nosso estudo, iriam longe demais. Por um simples motivo: Maquiavel escrever sobre a importância da defesa do Estado e sua relação entre o povo e o soberano, além da unidade política, que consegue prevalecer sobre o início da filosofia moderna.

Os exemplos apresentados ajudam a entender os problemas da sociedade italiana, bem como, podemos comparar com outras situações de governos, criar planejamentos e corrente de ideias nas camadas políticas e filosóficas. Possivelmente fazer uma ligação com diversos autores modernos e contemporâneos sobre pensamento de Maquiavel, e aprofundar nosso estudo no desafio da compreensão entre soberania e unidade política.

CAPÍTULO III

SOBERANIA, PODER E ESTABILIDADE POLÍTICA

I

Na obra “*O Príncipe*”, Maquiavel define a soberania como o poder absoluto e indivisível do governante, que é capaz de exercer autoridade sobre o seu território e seus súditos sem interferência de qualquer outra autoridade. Por outro lado, o poder é visto como a capacidade de influenciar a ação dos outros, seja através da persuasão, ameaça ou violência.

Maquiavel acredita que a autoridade soberana é essencial para manter a ordem e a estabilidade política, mas argumenta que a autoridade do príncipe é sempre contestada por seus súditos e outros líderes políticos. Portanto, o poder é visto como uma ferramenta crucial para o príncipe manter o controle sobre seu reino e garantir a lealdade dos súditos.

Para Maquiavel, o príncipe deve ser capaz de usar tanto a soberania quanto o poder de forma estratégica, dependendo das circunstâncias. Ele deve ter a capacidade de agir com firmeza para manter a ordem, mas também deve ser capaz de se adaptar a situações em que a autoridade soberana pode ser vista como excessiva ou injusta pelos súditos.

Em suma, a obra “*O Príncipe*” de Maquiavel explora a complexa relação entre soberania e poder e como esses conceitos podem ser usados de forma estratégica pelo governante para manter a estabilidade política e a lealdade dos súditos.

Além disso, Maquiavel argumenta que o príncipe deve buscar o equilíbrio entre o uso da autoridade soberana e do poder, já que o uso excessivo de um ou outro pode levar a consequências negativas. Por exemplo, o uso excessivo da força pode gerar ressentimento e rebelião por parte dos súditos, enquanto a fraqueza e a falta de autoridade podem levar ao caos e à instabilidade política.

Maquiavel também argumenta que o príncipe deve ser capaz de usar a força quando necessário, mas deve ser cuidadoso ao fazê-lo. Ele enfatiza que o uso da força deve ser visto como um último recurso e que o príncipe deve sempre considerar as consequências a longo prazo de suas ações. Em última análise, para Maquiavel, o uso eficaz da soberania e do poder é uma questão de equilíbrio e estratégia, que depende da habilidade e astúcia do governante em manter o controle sobre seu reino e seus súditos.

Sendo assim, Maquiavel argumenta que a autoridade soberana do príncipe deve ser baseada em sua capacidade de exercer o poder, ou seja, de ser visto como capaz de manter o controle sobre seu reino e seus súditos. Ele argumenta que a legitimidade do príncipe não vem

de sua linhagem, riqueza ou poder pessoal, mas sim de sua habilidade em exercer o poder e manter a ordem.

Assim, para Maquiavel, a autoridade do príncipe não é algo inato ou dado, mas sim algo que deve ser constantemente conquistado e mantido através do uso estratégico da soberania e do poder. O príncipe deve estar sempre ciente das dinâmicas políticas em seu reino e ser capaz de responder a elas de forma eficaz.

Em resumo, a obra "O Príncipe" de Maquiavel apresenta teorias e estratégica da relação entre soberania e poder, enfatizando a importância do equilíbrio entre os dois e da habilidade do governante em exercê-los de forma eficaz. Maquiavel escreveu "*O Príncipe*" no início do século XVI, na cidade italiana de Florença, durante um período de intensa instabilidade política e conflito militar na região. Nessa época, a Itália era dividida em várias cidades-estados independentes, cada uma com sua própria governança e lealdades políticas, o que levou a frequentes conflitos e lutas pelo poder.

Maquiavel foi um homem de Estado e diplomata florentino que serviu em vários cargos públicos, incluindo a função de chanceler da República Florentina. Ele foi ativo durante um período turbulento na história de Florença, marcado por conflitos internos e guerras com outras cidades-estados italianas e potências estrangeiras.

Durante esse tempo, a Itália também foi palco do Renascimento, um movimento cultural que enfatizava a valorização do conhecimento clássico e a busca pelo desenvolvimento individual e da sociedade como um todo. A obra "*O Príncipe*" reflete esses ideais, com Maquiavel buscando explorar as questões políticas de seu tempo através da análise crítica das obras de pensadores clássicos, como Platão e Aristóteles.

Assim, o contexto histórico e cultural em que "*O Príncipe*" foi escrito é marcado por uma intensa instabilidade política e conflito militar, bem como pela busca por novas formas de conhecimento e desenvolvimento cultural. Maquiavel procurou refletir esses desafios em sua obra, oferecendo uma visão estratégica e "costume e prática" da política que enfatizava a necessidade de equilibrar a soberania e o poder para garantir a estabilidade e a segurança do estado.

É importante ressaltar que a obra "*O Príncipe*" foi escrita em um momento em que a autoridade soberana estava em crise na Itália. Os príncipes e governantes locais lutavam pelo poder e a unidade nacional era uma preocupação secundária. Maquiavel buscava, com sua obra, propor uma solução "costume e prática" e eficaz para os desafios políticos do seu tempo.

Além disso, a obra também pode ser entendida como uma resposta às críticas que Maquiavel sofria por conta de suas ações políticas. Ele foi acusado de ser um tirano e um conspirador, e “*O Príncipe*” pode ser visto como uma defesa de sua própria conduta como político e diplomata. Maquiavel argumenta que a política é uma atividade que requer coragem, astúcia e, às vezes, medidas impopulares, e que o governante deve ser capaz de tomar decisões difíceis para manter a ordem e garantir a segurança do estado.

Em resumo, o contexto histórico em que Maquiavel escreveu “*O Príncipe*” foi marcado por uma intensa instabilidade política e conflito militar na Itália, bem como pela busca por novas formas de conhecimento e desenvolvimento cultural. A obra reflete esses desafios, oferecendo uma visão “costume e prática” e estratégica da política que enfatiza a importância do equilíbrio entre a soberania e o poder para garantir a estabilidade e a segurança do estado.

Na obra “*O Príncipe*”, Maquiavel discute os conflitos entre a soberania e o poder, que são dois conceitos fundamentais para entender a sua teoria política. A soberania é a autoridade suprema do Estado, que tem o poder de tomar decisões e fazer cumprir as leis. O poder, por sua vez, é a capacidade de impor a vontade própria sobre os outros, seja por meio da força ou da persuasão.

Maquiavel argumenta que o príncipe, ou o governante, deve ter um poder absoluto e inquestionável para garantir a segurança e a estabilidade do Estado. No entanto, essa visão coloca em conflito a ideia de soberania popular, que defende que o poder emana do povo e que a autoridade do Estado deve ser limitada pelos direitos individuais e pela justiça.

Na obra, Maquiavel argumenta que, para manter o poder, o príncipe deve ser capaz de adotar medidas impopulares e tomar decisões difíceis, como a eliminação de opositores e a supressão de liberdades individuais. Ele enfatiza que, em um Estado instável e perigoso, o príncipe deve ser capaz de usar a força para manter a ordem e garantir a segurança.

Essa visão coloca a soberania do Estado acima dos direitos individuais e da justiça, o que pode ser visto como uma posição autoritária e antidemocrática. No entanto, para Maquiavel, essa abordagem é necessária para garantir a estabilidade e a segurança do Estado, especialmente em um contexto de instabilidade política e conflito.

Em resumo, Maquiavel argumenta que o príncipe deve ter um poder absoluto para garantir a estabilidade e a segurança do Estado, o que coloca em conflito a ideia de soberania popular e os direitos individuais. Essa abordagem é vista por alguns como autoritária e antidemocrática, mas Maquiavel acreditava que era necessária em um contexto de instabilidade política e conflito.

Além disso, é importante ressaltar que Maquiavel também reconhecia a importância da legitimidade na manutenção do poder. Ele acreditava que a legitimidade do príncipe não dependia apenas da força e da habilidade política, mas também da capacidade de garantir a ordem e a justiça no Estado. Para isso, o príncipe deve ser capaz de equilibrar o seu poder com a justiça e a proteção dos direitos individuais.

No entanto, em situações extremas, como em uma guerra ou uma crise política, Maquiavel argumentava que o príncipe poderia agir de forma contrária à justiça e aos direitos individuais, se isso fosse necessário para garantir a sobrevivência do Estado.

Assim, a obra “*O Príncipe*” de Maquiavel apresenta um conflito entre a soberania e o poder, mas também destaca a importância da legitimidade na manutenção do poder. A visão da política, influenciou a teoria política moderna e continua sendo objeto de debate e reflexão até os dias de hoje.

O conceito de instabilidade política e conflito refere-se a situações em que há uma falta de ordem e segurança no Estado, seja por causa de tensões sociais, econômicas ou políticas. Em tais situações, a estabilidade política pode estar em risco, e o Estado pode enfrentar desafios significativos para manter a ordem e a segurança.

Por exemplo, em um contexto de instabilidade política, pode haver conflitos entre diferentes grupos sociais, partidos políticos ou facções que buscam o poder ou o controle sobre o Estado. Esses conflitos podem levar à violência e à desordem, colocando em risco a segurança das pessoas e a estabilidade do Estado.

Além disso, a instabilidade política também pode resultar de crises econômicas, desastres naturais ou outros eventos que possam afetar negativamente a vida das pessoas. Essas situações podem levar a uma crescente insatisfação com o governo e a um aumento das tensões sociais, o que pode levar a conflitos e instabilidade política.

Para Maquiavel, a instabilidade política e o conflito representavam uma ameaça à estabilidade do Estado, e, portanto, o príncipe precisava ter um poder absoluto e inquestionável para garantir a segurança e a estabilidade do Estado. Nesse sentido, a visão da política enfatizava a importância do poder em situações de instabilidade política e conflito, a fim de garantir a sobrevivência do Estado.

Maquiavel argumenta que a oposição à autoridade do príncipe é inevitável e que, portanto, o príncipe deve estar preparado para enfrentá-la. Em “*O Príncipe*”, Maquiavel sugere algumas estratégias que o príncipe pode adotar para lidar com a oposição.

Uma das estratégias é o uso da força. Maquiavel argumenta que, em algumas situações, o príncipe deve recorrer ao uso da força para manter a sua autoridade e controlar os seus oponentes. No entanto, ele alerta que o uso excessivo da força pode gerar ressentimento e levar à instabilidade política.

Outra estratégia é a utilização da astúcia e da dissimulação. Maquiavel argumenta que o príncipe deve ser astuto e dissimulado para enfrentar a oposição. Ele sugere que o príncipe pode fingir ser um aliado dos seus oponentes, enquanto trabalha secretamente para minar a sua autoridade e consolidar o seu poder.

Além disso, Maquiavel argumenta que o príncipe deve buscar o apoio do povo. Ele sugere que o príncipe deve se apresentar como um líder que trabalha em benefício do povo e que está comprometido com o bem-estar da comunidade. Ao conquistar o apoio do povo, o príncipe pode aumentar a sua autoridade e enfrentar a oposição de forma mais eficaz.

Em resumo, Maquiavel defende que o príncipe deve estar preparado para enfrentar a oposição à sua autoridade e que pode adotar diferentes estratégias para lidar com ela, como o uso da força, a astúcia e a dissimulação, e o apoio do povo.

Maquiavel também destaca a importância de o príncipe ser temido, mas não odiado. Ele argumenta que o príncipe deve ser temido para evitar ser alvo de conspirações e traições, mas não deve ser odiado, pois isso pode gerar uma revolta popular contra ele. Nesse sentido, ele sugere que o príncipe deve evitar impor tributos excessivos ao povo e que deve ser justo em suas decisões. Por outro lado, Maquiavel também destaca a importância de o príncipe ser respeitado pelos seus aliados e pelos seus adversários. Ele argumenta que o príncipe deve ser capaz de manter a sua palavra e cumprir os seus compromissos, para que os seus aliados possam confiar nele. Ao mesmo tempo, o príncipe deve ser capaz de inspirar respeito pelos seus adversários, para que eles não subestime a sua autoridade e não tentem desafiá-lo.

No entanto, é importante destacar que Maquiavel não defende a opressão e a tirania como forma de manter a autoridade do príncipe. Ele argumenta que o príncipe deve ser justo e buscar o bem comum da comunidade, mas que deve estar preparado para enfrentar a oposição e os conflitos que inevitavelmente surgirão ao longo do seu governo. Em última análise, para Maquiavel, o príncipe deve buscar a estabilidade política e a segurança do Estado, mesmo que isso signifique adotar medidas impopulares e enfrentar a oposição.

II

BERTRAND DE JOUVENEL E SUA OBRA

“O PODER: HISTÓRIA NATURAL DE SEU CRESCIMENTO”

Bertrand de Jouvenel é um autor importante quando se trata do estudo do poder e do Estado moderno. Em “O Poder: História Natural de Seu Crescimento”, ele discute o desenvolvimento do poder político ao longo do tempo, desde as sociedades tribais até as democracias modernas. Seu trabalho oferece uma abordagem crítica da teoria política e propõe uma análise dos mecanismos que dão origem ao poder e as formas pelas quais ele é exercido.

As ideias de Bertrand de Jouvenel sobre o poder e sua evolução ao longo do tempo são relevantes para a compreensão das relações entre soberania e poder na obra de Maquiavel. Em “O Poder: História Natural de Seu Crescimento”, Jouvenel argumenta que o poder político surge de forma natural em todas as sociedades humanas, independentemente de sua forma de organização política. Ele descreve o poder como uma relação entre aqueles que possuem o poder e aqueles que o obedecem, e defende que a existência do poder está ligada à existência de uma estrutura social hierárquica. Essa característica do poder está presente na obra de Maquiavel, em que a luta pelo poder é um tema central. Em “*O Príncipe*”, Maquiavel argumenta que o príncipe deve exercer seu poder de forma a manter a estabilidade política e a proteger seu próprio poder. Ele argumenta que o príncipe deve ser temido pelos seus súditos, mas não odiado, e que deve usar a força de forma moderada e calculada.

As ideias de Jouvenel sobre o poder político oferecem uma perspectiva crítica sobre a teoria da soberania, que é central para a obra de Maquiavel. A teoria da soberania defende que o Estado é a única fonte legítima de poder político e que sua autoridade deve ser reconhecida pelos indivíduos. Jouvenel argumenta que a soberania é uma forma particular de poder político, que surgiu historicamente com o desenvolvimento do Estado moderno. Ele questiona a ideia de que o Estado é a única fonte legítima de poder e defende que existem outras formas de poder político que não estão necessariamente ligadas ao Estado.

A teoria de Jouvenel sobre o poder político também pode ser aplicada à análise das estratégias de poder presentes na obra de Maquiavel. Em “*O Príncipe*”, Maquiavel apresenta uma série de estratégias políticas que o príncipe pode usar para manter e aumentar seu poder, como a manipulação das paixões humanas e a utilização da força. Essas estratégias são reflexo da visão de Maquiavel sobre a natureza humana e sobre as relações de poder na sociedade.

A primeira característica do Estado moderno é a autonomia e a plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. Isso

significa que o Estado moderno tem o poder de tomar decisões sem a necessidade de consultar outras autoridades. A segunda característica é a distinção entre Estado e sociedade civil, que se evidenciou no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o Ascenso da Burguesia. Isso significa que o Estado moderno é separado da sociedade civil, que é composta por indivíduos e organizações que não fazem parte do governo. A distinção entre Estado e sociedade civil é importante porque permite que a sociedade civil tenha uma voz independente do governo.

Para explicar o parágrafo acima, Luciano Gruppi descreve: “... o Estado moderno apresenta dois elementos que o diferem dos Estados do passado, que não existiam, por exemplo, nos Estados antigos dos gregos e dos romanos. A *primeira* característica do Estado moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A *segunda* característica é a distinção entre Estado e sociedade civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da burguesia. O Estado torna-se uma organização distinta da sociedade civil, embora seja expressão desta” (Gruppi, 2001, p 10.).

Para completar a discussão sobre a soberania do Estado e suas bases, é intrigante considerar a perspectiva liberal progressista delineada por John Locke. Contrariamente à suposição comum, Locke não confronta o absolutismo de Hobbes, mas sim debate com outro pensador inglês, Robert Filmer, que postula que o poder estatal origina-se do poder divino. A disputa de Locke com Filmer não é apenas uma reflexão, mas uma defesa vigorosa da autonomia absoluta do Estado moderno, uma ideia que ressoa não apenas com suas convicções, mas também com a visão de Hobbes⁴⁴.

Este contraste de abordagens nos incita a explorar mais a fundo as raízes e implicações da soberania estatal no contexto das teorias políticas liberais, no entanto, a teoria de Jouvenel sobre o poder sugere que as estratégias de poder apresentadas na obra de Maquiavel não são exclusivas do Estado soberano. Existem outras formas de poder que podem ser usadas para manter e aumentar o poder político, e essas estratégias não estão necessariamente ligadas ao Estado. Por exemplo, a manipulação das paixões humanas pode ser usada por indivíduos ou grupos que não detêm o poder político formal, mas que possuem outras formas de poder, como o poder econômico ou cultural.

⁴⁴ O Estado é soberano, mas sua autoridade vem somente do contrato que o faz nascer: este é o fundamento liberal, sem dúvida progressista, do pensamento de John Locke. O Estado não recebe sua soberania de nenhuma outra autoridade. Ao contrário do que se poderia pensar, o liberal Locke não polemiza contra o absolutismo de Hobbes, mas sim contra outro autor inglês: Robert Filmer (1588- 1653), segundo o qual o poder estatal se originaria do poder divino. Locke entra em polêmica contra Filmer justamente para defender a plena autonomia, a absoluta soberania do Estado moderno, assim como pensava também Hobbes (GRUPPI, 2001. P 16).

Portanto, ao incorporar as ideias de Jouvanel em uma análise da obra de Maquiavel, é possível enriquecer a compreensão das relações entre soberania e poder, bem como das estratégias políticas que podem ser usadas para manter e aumentar o poder político. A abordagem de Jouvanel oferece uma perspectiva crítica sobre a teoria da soberania e sugere que as relações de poder na sociedade são mais complexas do que a simples relação entre o Estado e os indivíduos.

A obra de Maquiavel, *“O Príncipe”*, apresenta uma visão sólida e que garante questionamentos sobre a luta pelo poder. O autor retrata o mundo político como um jogo em que os mais astutos e habilidosos são capazes de se manter no poder, enquanto os fracos são rapidamente eliminados. Nesse sentido, Maquiavel destaca a importância da força, da astúcia e da manipulação para a manutenção do poder.

Essa visão da luta pelo poder se relaciona diretamente com os mecanismos de poder identificados por Jouvanel em sua obra *“O Poder: História Natural de Seu Crescimento”*. Jouvanel argumenta que o poder é uma relação dinâmica entre os governantes e os governados, que se desenvolve ao longo do tempo e é influenciada por fatores como a tecnologia, a cultura e a economia. Além disso, Jouvanel destaca a importância das estratégias de poder que são usadas pelos governantes para manter sua posição de poder.

Maquiavel ilustra esses mecanismos de poder em *“O Príncipe”* por meio de exemplos concretos e de estratégias políticas que são utilizadas pelo príncipe para manter e aumentar seu poder. Por exemplo, o autor defende que o príncipe deve ser temido pelos seus súditos, mas não odiado, e que deve ser capaz de manipular as paixões humanas para alcançar seus objetivos políticos. Além disso, Maquiavel destaca a importância da força militar como uma forma de manter o poder, bem como da habilidade de adaptar-se às mudanças políticas e sociais.

A análise conjunta dessas obras permite uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos de poder que são utilizados pelos governantes para manter sua posição de poder, bem como das estratégias políticas que podem ser empregadas pelos indivíduos e grupos que disputam o poder político. Ademais, a obra de Jouvanel também destaca a importância da soberania como uma fonte de poder. Para o autor, a soberania é o poder absoluto e indivisível que está nas mãos do Estado e que é utilizado para manter a ordem e a estabilidade social. No entanto, a soberania pode ser ameaçada por forças internas e externas que buscam contestar a autoridade do Estado.

Dessa forma, é possível perceber que a obra de Jouvanel oferece uma base teórica importante para a compreensão das relações entre soberania e poder na obra de Maquiavel.

Enquanto a soberania é vista como uma fonte de poder absoluto pelo primeiro, o segundo destaca a importância de estratégias políticas e de mecanismos de poder para manter e ampliar a autoridade política. A análise conjunta dessas obras permite uma compreensão mais profunda e crítica das relações de poder na sociedade e de como os indivíduos e grupos buscam disputar e manter sua posição política.

A visão de Jouvenel sobre o poder é marcada por uma abordagem crítica que se diferencia de outras teorias políticas tradicionais. Enquanto teorias como o liberalismo e o marxismo apresentam uma condição de moral ligada ao poder e o Estado, Jouvenel destaca a natureza inevitavelmente coercitiva do poder político e sua tendência ao crescimento e centralização. O autor parte da premissa de que o poder é uma força natural que está presente em todas as relações sociais e que tende a crescer e se expandir em direção a uma concentração cada vez maior. Para ele, o Estado moderno é uma expressão máxima desse processo de crescimento e concentração do poder, e a soberania é uma das principais formas de exercício desse poder absoluto.

No entanto, Jouvenel também aponta para os riscos e limites desse processo de concentração de poder, como a perda de liberdades individuais, a corrupção e a tirania. Nesse sentido, sua teoria contribui para o desenvolvimento de uma teoria crítica do Estado moderno, que busca analisar os mecanismos de poder que operam na sociedade e questionar a ideia de que o poder político é sempre benéfico e necessário.

Ao propor uma abordagem crítica do poder, Jouvenel se alinha a outra teoria política contemporânea, como a teoria do poder de Michel Foucault, que também destaca a natureza coercitiva e disseminada do poder na sociedade. Essas teorias críticas do poder são importantes para o desenvolvimento de uma análise mais profunda das relações políticas e sociais e para a construção de estratégias que visem à democratização e descentralização do poder político.

Além disso, a teoria de Jouvenel também pode ser comparada com outras abordagens políticas que têm uma visão mais otimista sobre o poder e o Estado, como o fundamento clássico da política. Enquanto os liberais acreditam que a separação dos poderes e a limitação do Estado são suficientes para evitar os abusos de poder, Jouvenel argumenta que essas medidas são apenas paliativas e que a tendência natural do poder é se concentrar e se expandir.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise do livro “*O Príncipe*” de Maquiavel revela-se de extrema relevância para a compreensão da filosofia política do autor e sua abordagem sobre o exercício do poder. A obra proporciona uma visão enriquecedora e detalhada sobre política e formas de governo, enfatizando a importância da estabilidade, incluindo a dinâmica entre governo e governados, a manutenção do poder, a unidade política e suas características ao longo dos objetivos fundamentais delineados ao príncipe.

Maquiavel adota uma abordagem natural e questiona repetidas vezes a natureza humana e sua relação com o poder, baseando-se em experiências para explicar os mecanismos de obtenção e manutenção do poder. Destaca, assim, a importância da virtù, fortuna e habilidade política do governante para enfrentar as complexidades e desafios do jogo político. Por fim, reconhece a significância da fortuna, ou elementos imprevisíveis na política, destacando a necessidade de o governante estar preparado para adaptar-se e agir estrategicamente diante das mudanças circunstanciais.

Outro aspecto relevante abordado por Maquiavel é a importância da aparência e da reputação na política, destacando que o governante deve saber como se apresentar e ser percebido pelo povo e pelos outros atores políticos. Além disso, o autor discute a relação entre ética e política, argumentando que nem sempre é possível agir de acordo com princípios éticos e morais na busca pelo poder, o que gera debates e reflexões sobre a relação entre a política e a moralidade.

Apesar das críticas e opiniões que a obra de Maquiavel gerou ao longo dos séculos, não se pode negar a sua influência na ciência política e na compreensão do exercício do poder. A abordagem que Maquiavel trás, ainda é amplamente estudada e discutida atualmente, sendo considerada uma das obras fundamentais para o entendimento da política como ela é, em sua complexidade e responsabilidade filosófica.

Diversos pensadores e estudiosos argumentam que sua teoria pode ser demasiadamente amoral e cínica, desconsiderando a importância da ética e da moral na política. A relação entre política e ética é um tema relevante e em constante debate, e o estudo de “*O Príncipe*” de Maquiavel pode servir para reflexões mais aprofundadas sobre essa questão.

Em suma, o estudo de “*O Príncipe*” de Maquiavel é essencial para a compreensão da filosofia política do autor, além de descrever sua visão sobre “costume e prática”, o poder e a natureza humana. A obra apresenta conceitos fundamentais, exemplos de governo e a estabilidade política, assim, a aparência e a ética na política que ainda são debatidos e discutidos

atualmente. No entanto, é importante analisar criticamente as ideias de Maquiavel, considerando suas compreensões mais amplas e aprofundada da relação entre ética e política na contemporaneidade.

Ao percorrer e examinar as teorias críticas do Estado moderno, entende-se uma compreensão profunda sobre a filosofia política e a evolução do exercício do poder. A perspectiva crítica do Estado moderno, como explorada por Gramsci, Gruppi, Lebrun, Bignotto, Bertrand e outros autores já citados, nos incita a pesquisar as estruturas de autoridade estabelecidas e a considerar as dinâmicas sociais em constante evolução.

A evolução do Estado moderno, ao longo das teorias estudadas, reflete transformações políticas, sociais e culturais. Desde a concepção expostas nesta pesquisa até as teorias críticas contemporâneas, testemunhamos o amadurecimento e situações das formas de governo. A compreensão dessas mudanças é crucial para a análise da dinâmica política atual e para a construção de uma visão crítica e informada sobre as estruturas de poder.

A relevância política da discussão sobre o Estado moderno é evidente na medida em que nos propomos a entender as complexidades das relações de poder, a influência das ideologias dominantes e as formas de resistência que emergem em resposta a estruturas opressivas. A capacidade de contextualizar o pensamento político e de adaptar conceitos fundamentais é essencial para a formação do pensamento político filosófico.

Maquiavel desafia a visão idealizada do governante como um líder virtuoso e perspicaz, argumentando que o fim justifica os meios e que o poder deve ser preservado a todo custo, mesmo que isso envolva ações moralmente questionáveis. No entanto, Maquiavel também enfatiza a importância de um governo estável e eficaz na manutenção da ordem social. Ele defende que o caos e a anarquia são prejudiciais ao bem-estar da sociedade como um todo, e que a estabilidade e a ordem são fundamentais para o funcionamento de qualquer Estado. Portanto, o uso da força e da astúcia política deve ser direcionado para a preservação da ordem e do bem comum, em vez de ser um fim em si mesmo.

Em um mundo político e em constante evolução, as ideias de Maquiavel ainda são relevantes hoje em dia. Embora suas opiniões possam ser consideradas desafiadoras, ele destaca a importância de equilibrar a estabilidade e a preservação da ordem com a necessidade de liderança. O estudo começa com a compreensão do contexto histórico e social da Itália no período em que Maquiavel viveu. Esse conhecimento é fundamental para entender as motivações e preocupações do autor ao escrever sua obra.

No capítulo 1, “Conhecendo a vida cotidiana e os problemas sociais da ‘A Itália no Tempo de Maquiavel’”, são apresentados os aspectos históricos e sociais relevantes para a compreensão do ambiente em que Maquiavel estava inserido. Explora-se o contexto político conturbado e a fragmentação da Itália, que enfrentava desafios sociais significativos. Essa análise nos permite compreender a urgência que Maquiavel sentia em fornecer soluções para os problemas enfrentados pela sociedade.

No capítulo 2, “A importância do Estado moderno e sua relação entre o povo e o soberano”, discute-se a evolução do Estado moderno e sua relevância política. É essencial compreender como Maquiavel concebia o Estado e sua visão sobre a relação entre o povo e o soberano. Através dessa análise, percebe-se a importância atribuída por Maquiavel à estabilidade política e à manutenção do poder, como fundamentos para a existência de um Estado forte e eficaz.

No capítulo 3, “Estabilidade política: uma análise crítica das dinâmicas de soberania e poder em “*O Príncipe*” de Maquiavel”, adentra-se na obra central de Maquiavel. Nessa análise, é feita uma investigação minuciosa dos conceitos de soberania e poder presentes em “*O Príncipe*”. Examina-se a visão de Maquiavel sobre as estratégias de poder e a busca pela estabilidade política, reconhecendo a importância de adaptar-se às circunstâncias e tomar ações impopulares, se necessário. Contudo, também são discutidos os conflitos entre soberania e poder, levantando questionamentos sobre a moralidade e a ética no exercício do poder.

Considerando todos esses tópicos, é possível concluir que “*O Príncipe*” de Maquiavel é uma obra de extrema relevância para a compreensão da filosofia política e das dinâmicas de poder. O estudo minucioso dos problemas sociais enfrentados na época, aliado à importância do Estado moderno e à relação entre o povo e o soberano, nos leva a uma análise crítica das estratégias de poder propostas por Maquiavel.

Por fim, a pesquisa sobre “*O Príncipe*” de Maquiavel nos proporciona uma compreensão aprofundada da filosofia política do autor, explorando o contexto histórico, os problemas sociais da época e a relevância do Estado moderno. A análise das dinâmicas de soberania e poder em sua obra nos convida a uma reflexão crítica sobre as estratégias de poder, a estabilidade política e os dilemas éticos enfrentados pelos governantes. A pesquisa serve como ponto de partida para uma análise mais ampla da relação entre política e ética na contemporaneidade, incentivando o questionamento e a busca por soluções que equilibrem a eficácia política com a responsabilidade moral.

REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Helton. **Maquiavel, The Republic And. The Desire Of Freedom.** Trans/Form/Ação, (São Paulo), v.30(2), 2007, p.33-52.
- ARISTÓTELES. **Ética Nicomaqueia**, III, 7. Tradução de Marco Zingano. São Paulo:Odysseus, 2008. p. 70.
- AMES, José Luiz. **Maquiavel: A Lógica da Ação Política.** Cascavel: Edunioeste, 2002.
- BARON, Hans. (1961). **Machiavelli: The Republican Citizen and the Author of 'the Prince'. The English Historical. Review**, vol. 76, n° 299, p.217-253.
- BERCOVICI, Gilberto. **Entre O Estado Total E O Estado Social: Atualidade Do Debate Sobre Direito, Estado E Economia Na República De Weimar.** Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2003, p. 57.
- BERTRAND, Jouvenel. **O Poder: História Natural de Seu Crescimento.** Tradução Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Peixoto Neto. 1998.
- BIGNOTTO, Newton. (1991). **Maquiavel Republicano.** São Paulo: Loyola.
- BONAPARTE, Napoleão e MAQUIAVEL, Nicolau. (2000). **O Príncipe – comentários de Napoleão Bonaparte.** Curitiba: Hemus [originais das notas de Napoleão: 1796, 1802, 1804 e 1814].
- BOSSUET, Jacques Bénigne. Política Tirada da Sagrada Escritura. In: FREITAS, Gustavo de. **900 textos e documentos de história.** Lisboa: Plátano, s/d. p. 201.
- DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trabalho/>. Acesso em: 02/12/2022.
- GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 6 vols.
- GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **Escritos políticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2 vols.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavell;** tradução de Dario Canali -- 16.ed. -- Porto Alegre: L&PM 2001.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã.* São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 103-106, 200-201.
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália No Tempo De Maquiavel: Florença E Roma.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LAURENTIIS, Lucas Catib de; SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Nicolau Maquiavel: realismo e humanismo na teoria política.** *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.102, p. 291-303, jan./jun. 2011.
- LEBRUN, Gérard. **O Que É Poder.** São Paulo, Brasiliense,1981.

- LEFORT, Claude. **Machiavelli In The Making**. Evanston: Northwestern University Press, 2012.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. (2007-b). **O Príncipe – comentários de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia**. São Paulo: Jardim dos Livros.
- MORINEAU, Michel. **O século XVI: 1492-1610**. Lisboa: Dom Quixote, 1980. p. 314.
- MURPHY, D. **Condottiere 1300-1500: infamous medieval mercenaries**. Reino Unido: Osprey Publishing, 2007, p 64.
- O príncipe / Nicolau Maquiavel**; prefácio de Paulo Vieira. – São Paulo: Editora Gente, 2020. (Coleção Domínio Público).
- PINZANI, Alessandro. **Ghirlande di fiori e catene di ferro: Istituzioni e virtù politiche in Machiavelli, Hobbes, Rousseau e Kant**. Florença, Itália: Le Lettere, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1999). **Discurso Sobre A Origem E Os Fundamentos Da Desigualdade Entre Os Homens**. São Paulo: Nova Cultural.
- SKINNER, Quentin. **As Fundações Do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das letras, 1978.
- SKINNER, Quentin. (1988). **Maquiavel**. São Paulo: Editora Brasiliense [original: 1981].
- STRAYER, Joseph R. (1986). **As Origens Medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, s/d [original: 1961].
- TOMÁS DE AQUINO. **Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino**. Tradução de Francisco Benjamin de Souza Neto. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VOEGELIN, Eric. **História Das Ideias Políticas - Volume IV: Renascença E Reforma**. Introdução à edição americana: David L. Morse e William M. Thompson; tradução: Elpídio Mário Dantas Fonseca. Revisão técnica: Mendo Castro Henriques. São Paulo: É Realizações, 2014. (Coleção Filosofia atual).
- WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.